

MARLY DE A. G. VIANNA

AS REBELIÕES DE NOVEMBRO DE 1935



AS REBELIÕES DE NOVEMBRO DE 1935

Marly de A. G. Vianna*

ALGUMAS REFLEXÕES INICIAIS

Não é uma tarefa fácil avaliar as rebeliões de novembro de 1935 se quisermos fugir às classificações de certo e errado, ou apreciar apenas o aspecto político dos acontecimentos. Falar dos fatos ocorridos já é menos difícil, com as possibilidades que temos agora de consultar arquivos, inclusive os do Superior Tribunal Militar. Pode-se então desmascarar as grosseiras histórias fabricadas pela polícia da época – e que passaram a ser a história oficial dos movimentos – sobre comunistas diabólicos assassinando traiçoeiramente seus camaradas de farda, que dormiam tranqüilos naquela noite de rigorosa prontidão no quartel da Praia Vermelha. Os comunistas foram acusados de trair também sua pátria, para submetê-la ao jugo do anticristo soviético. Histórias grosseiras, que tinham um papel a desempenhar: o de varrer do imaginário popular o heroísmo, o mito e o quase endeusamento que envolvia a figura do “Cavaleiro da Esperança”, para com isso desmoralizar os ideais que Luís Carlos Prestes defendia e aniquilar as esperanças de transformar a sociedade e construir um mundo melhor.

Os comunistas foram responsabilizados ainda pela implantação do Estado Novo. Responsabilidade póstuma, pois em 1937 o Partido Comunista do Brasil (PCB) estava esfacelado, com seus dirigentes na prisão, assassinados ou clandestinos, seus militantes perseguidos, a direção do partido mudando de cidade e de Estado, tentando sobreviver. O PCB não podia ameaçar a “segurança nacional” e o governo sabia disso melhor do que ninguém; e sabia também que podia usar outra vez o anti-comunismo para evitar as eleições marcadas para o início de 1938. O Congresso se recusara a prorrogar o estado de exceção que fora estabelecido desde novembro de 1935, e para aca-



Estado Novo. Getúlio Vargas anuncia pelo rádio a Constituição de 10/11/1937. À direita aparecem Francisco Campos, Filinto Muller e Dutra. Iconographia

* Professora de História do Brasil da Universidade Federal de São Carlos (SP).

bar com o espaço democrático que seria aberto com as eleições era preciso dar o golpe. Para isso exibiu-se outro sangrento e diabólico plano comunista, para que, em nome da defesa da “democracia ameaçada”, se acabasse com o que restava dela. A história se repetiu em 1964.

As mentiras caluniosas sobre 1935 impregnaram pelo menos duas gerações e só deixaram de ser exaustivamente repetidas quando pareceu que o comunismo – e os comunistas – haviam sumido do horizonte e não ameaçavam mais a ordem estabelecida pelos donos do poder.

Desde o início as rebeliões foram depreciativamente chamadas de “intentiona” e, além de “intentiona”, “intentiona comunista”. O “comunista”, para dar aos levantes todas as terríveis conotações que se atribuíam ao comunismo: ser contra Deus, contra a pátria e contra a família, querendo instalar o inferno soviético no Brasil.

Se é verdade que os comunistas foram responsáveis pelo desencadeamento da revolta em Recife e em unidades militares do Rio, eram minoria entre seus participantes – o que não tira sua responsabilidade pelos fatos, que Prestes, aliás, desde o início, assumiu integralmente. Mas nem o programa nem o objetivo da insurreição tinham sequer caráter socialista. A plataforma do movimento era a de luta contra a exploração do Brasil pelo capital internacional, de luta pela reforma agrária e de luta pela democracia: por Pão, Terra e Liberdade – plataforma que, por sinal, não envelheceu.

Mas se o programa era justo, o caminho para alcançá-lo não o era. As rebeliões foram um erro de avaliação política dos que resolveram secundar a aventura de sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores (BC) de Natal. Avaliados hoje, com todos os fatos conhecidos, os movimentos chegam a parecer um delirante exercício de voluntarismo político. No entanto, naquela época, a agitação social e a tradição das rebeldias tenentistas autorizavam a crença nos levantes de quartel – fora assim que a Revolução de 1930 começara.

Ao fazer a crítica daqueles movimentos, assinalando os erros que os revolucionários cometeram, não podemos deixar de considerar outro aspecto da revolta, sob pena de condenar como errado qualquer movimento político derrotado e de execrar a luta por reivindicações, se esta correr o risco de não ser vitoriosa.

Os revolucionários de 1935 têm um grande saldo a seu favor: o da rebeldia contra as injustiças sociais, o do inconformismo, o da indignação diante de uma sociedade que continuava a reproduzir a casa-grande e a senzala: de um lado os donos do poder, que tudo tinham e tudo podiam, e de outro o povo, miserável, sem trabalho ou explorado nele, sem pão, sem terra, sem saúde, sem educação, sem lazer, e sem liberdade para alcançar uma vida digna.

Não pretendemos justificar uma ação política errada, fruto, principalmente, da falta de tradição e de cultura política de nossa sociedade. Mas hoje, quando vivemos tempos realmente sombrios, quando parece inacreditável o quanto perdemos de perspectivas e de esperanças, vale a pena lembrar a capacidade de sonhar daqueles homens que lutavam pelo futuro, um futuro que somente a dimensão utópica pode projetar.

NOTÍCIAS DO LEVANTE

Essa revolução foi espontânea, prestista, militar, nacional-libertadora e portanto antiimperialista, antiintegralista, a favor da industrialização do país e pela democratização e eficiência do Exército Nacional.¹

A 27 de novembro estourava no Rio de Janeiro a rebelião que ficou conhecida como “Intentona Comunista”. O levante, iniciado no 3º Regimento de Infantaria (3º RI) e secundado por rebeldes da Escola de Aviação Militar acompanhava, já anacronicamente, os levantes dos dias 23 – iniciado pelo 21º BC, sediado em Natal – e o do domingo, 24 – no 29º BC em Recife.

A efervescência política no Brasil do início dos anos 30 era muito grande. A movimentação da sociedade, que se intensificara no começo dos anos 20 com as rebeliões tenentistas e que culminara na Revolução de 30 atingia o auge, quando tudo era posto em questão, na busca de rumos para o Brasil. As discussões, de que participavam muitos setores da sociedade, estava polarizada naquele momento pela disputa ideológica – que se estendia a combates de rua – entre comunistas e democratas, de um lado, e integralistas simpatizantes do nazi-fascismo, de outro.

A Revolução de 1930, que fora apoiada pela esmagadora maioria da população, quebrara a hegemonia da oligarquia cafeeira paulista e de sua representação política. A união de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba contra a situação representada por Washington Luís e seu candidato que vencera as eleições à presidência da República, expressava não só os interesses das classes dominantes de outros estados – tanto de cafeicultores insatisfeitos com a hegemonia paulista como de setores desvinculados do café – como agrupava todo um conjunto de camadas e segmentos da sociedade que defendiam a democracia, entendida esta, principalmente, como um processo eleitoral sem os vícios do então vigente. Deixada de lado a classe operária, que se viu isolada, a vanguarda do movimento pelas transformações coube aos tenentes.



*Levante comunista em novembro de 1935, Rio de Janeiro. Rebeldes do 3º RI. Na primeira fila, assinalado com um “x”, Agildo Barata (o terceiro da esquerda para a direita).
Iconographia*



*Fachada do 3º RI, Rio de Janeiro, novembro de 1935.
Iconographia*



*Levante comunista de 1935. Forças legais em assalto ao 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. Rio de Janeiro, 27/11/1935.
Iconographia*

O tenentismo, batizado no movimento dos rebeldes do Forte de Copacabana em 5 de julho de 1922, tivera seu momento glorioso em 1924, na revolta paulista do segundo 5 de julho e nos levantes do Rio Grande do Sul, que culminaram na epopéia da Coluna Prestes. Encerrada a marcha da Coluna, no início de 1927, o quadriênio de Washington Luís (1926-1930) pareceu mais tranqüilo, embora os tenentes continuassem a conspirar.

No início de 1930 o movimento tenentista dividiu-se: de um lado o grande general da Coluna, Luís Carlos Prestes, que avançara no caminho da democracia, do socialismo e do comunismo, o único, dizia, que poderia levar conseqüentemente à revolução democrática-popular e resolver os problemas nacionais. Do outro lado ficaram os demais tenentes: uns imaginando ser possível uma solução democrática com Getúlio Vargas e outros, a maioria, porque viam na chegada da Aliança Liberal ao poder a possibilidade de concretizar seus objetivos – bastante acanhados, por sinal – expressos no lema de “representação e justiça”: voto secreto e moralidade política, principalmente.

As mudanças trazidas pela Revolução de 30, apesar de importantes, estavam longe de satisfazer às necessidades econômicas e sociais e aos anseios democráticos de boa parte da população. As medidas de Getúlio Vargas em favor da classe operária – subordinando-a – e da remodelação do Estado não modificavam nem a estrutura produtiva nem as relações sociais e não satisfaziam àqueles que desejavam mudanças políticas mais radicais. Os tenentes de esquerda, que haviam se engajado no movimento, mostraram-se decepcionados. Em breve, diziam, os políticos “carcomidos”, a “camorra”, estariam de volta.

Mas Getúlio foi bastante hábil para manter os tenentes no poder enquanto precisou deles. O movimento Constitucionalista de 1932 ajudou a restabelecer a ordem hierárquica militar e motivou a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Em julho de 1934, com a aprovação da Constituição e a eleição de Vargas, o país entrava num período de normalidade constitucional, embora a agitação política se intensificasse, pois ninguém estava satisfeito. O próprio Vargas declarara-se contra o regime constitucional, no momento mesmo em que jurava a nova Carta.

Não se deve esquecer também que um ano antes, em janeiro de 1933, Hitler chegara ao poder na Alemanha, prometendo levar o país aos píncaros da glória. Na Itália, dizia-se que Mussolini operava milagres. Estado forte, regimes autoritários eram apontados como solução para a crise do Estado liberal do capitalismo de livre concorrência, que parecia haver falido com a quebra da Bolsa, em 1929.

No Brasil, o autoritarismo fora adubado por séculos de escravidão e predomínio absoluto de uma elite colonial e/ou nacional. As idéias da direita nazi-fascista conquistaram adeptos rapidamente não só entre as classes dominantes e os altos escalões militares como entre setores das camadas médias urbanas, que engrossaram as fileiras da Ação Integralista Brasileira (AIB). Um Estado forte era defendido também por militares de esquerda, que tinham a democracia em sua bandeira, mas entendiam-na tutelada por um grupo de elite que governaria para o povo e em nome dele, mas não com a sua participação. O PCB pregava também um governo de força, a ditadura democrática do proletariado, até que a luta de classes fosse superada com a implantação do regime socialista.

Naquele ano de 1934, embora o PCB repetisse a palavra de ordem da Internacional Comunista (IC), que pregava um governo de soviets (conselhos) de operários e camponeses, soldados e marinheiros, e fosse contrário à frente única com outros grupos de esquerda, seus militantes contrariavam, na prática, as diretrizes da cúpula partidária, ao participar de ações conjuntas nas lutas de rua contra os fascistas da AIB. E as ações de rua se multiplicavam. Os acontecimentos que ficaram conhecidos como “a batalha da Praça da Sé”, em São Paulo, a 7 de outubro de 1934, quando os integralistas tentavam, protegidos pela polícia, comemorar os dois anos da AIB, foram decisivos para a unidade dos diversos grupos de esquerda que impediram o comício dos galinhas-verdes.

A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA (ANL)

Pouco antes, em agosto de 1934, a repressão policial contra o I Congresso Nacional contra a Guerra Imperialista e o Fascismo, que reuniu cerca de 20 mil pessoas, deixara um saldo de três mortos e muitos feridos. Os grupos antifascistas promotores do evento se articularam então no Comitê Jurídico Popular de Investigação, lançado a 22 de setembro de 1934 e que foi o embrião da Aliança Nacional Libertadora. Esta agrupou a esquerda antifascista, a socialista e principalmente os tenentes de esquerda desiludidos com os rumos que tomara a Revolução de 30, embora alguns ainda vissem Getúlio Vargas como revolucionário. Foram esses tenentes a alma da ANL, que conseguiu a adesão de inúmeros sindicatos operários. O PCB viu com desconfiança a formação da organização e decidiu “apoiar, mas não aderir jamais”.²



*Aliança Nacional Libertadora (ANL).
A frente popular de esquerda. Encontro no
Rio de Janeiro, 1935. Iconographia*

A ANL destacava em sua plataforma três pontos principais: a luta pela democracia, contra o imperialismo e contra o latifúndio. A 12 de março de 1935 foram aprovados seus Estatutos e a 30 do mesmo mês, no Rio, a ANL foi lançada publicamente, sendo Luís Carlos Prestes aclamado seu presidente de honra.

No segundo semestre de 1934 a direção do PCB encontrava-se em Moscou, à espera da realização do VII Congresso da IC (que só ocorreria em julho de 1935). Em Moscou, o secretário-geral do PCB, Manoel Bonfim, o “Miranda”, entusiasmou a direção do Komintern ao afirmar que a revolução estava prestes a ocorrer no Brasil, revolução que seria dirigida pelo



*Carlos Lacerda lê o manifesto de Prestes
(Aliança Nacional Libertadora) em 5/7/1935.
Iconographia*

partido que, dizia Miranda, tinha forte organização em todo o território nacional, em especial nas Forças Armadas.

LUÍS CARLOS PRESTES

-Pelo Governo Popular Nacional
Revolucionário-



Luiz Carlos Prestes

Panfleto da
Aliança Nacional
Libertadora, 1935.
Iconographia

Já no início de 1930 Prestes declarara sua adesão ao comunismo e em 1931 deixara pública também sua aceitação da direção dos partidos comunistas na luta revolucionária. Em outubro de 1931 seguira para Moscou e lá solidificara sua adesão ao comunismo, pedindo com insistência sua admissão no PCB. Mas o PCB, que o considerava “um caudilho pequeno-burguês”, não queria aceitá-lo em suas fileiras e só o fez em agosto de 1934, por ordens expressas da IC.

Prestes, que desde o início de 34 fazia planos para voltar ao Brasil e retomar a luta revolucionária, queria voltar como membro do PCB. A ida da delegação brasileira a Moscou e as fanfarronadas de Miranda só fizeram convencê-lo de que no Brasil a revolução estava na ordem do dia, sendo urgente voltar para dirigi-la.

Gostaríamos, neste ponto, de retomar a discussão sobre a questão do movimento de 1935 ter ocorrido ou não por ordens

da IC. De um certo ponto de vista a questão seria irrelevante: se considerarmos que os partidos comunistas eram, declaradamente – e como questão *sine qua non* para pertencer à Internacional – seções nacionais da IC que a ela aderiam aceitando integralmente as 21 condições estabelecidas para o ingresso nela. Evidentemente isso incluía, respeitadas as diferenças nacionais, o cumprimento de diretivas táticas e estratégicas emanadas da direção da IC para os partidos a ela ligados. Mas, e isso é importante ressaltar, não contam entre tais diretivas as de levantes armados para a tomada do poder. Que a tomada do poder era o objetivo dos comunistas é evidente, como o é, por definição, o de qualquer partido político, e naquela época nada indicava a possibilidade de chegar ao poder por via pacífica: o caminho armado era o único que parecia adequado, mesmo para mudanças não radicais, como no caso da recém-ocorrida Revolução de 30.

CARLOS PRESTES

A FRENTE DA INSURREIÇÃO ARMADA NO RIO!



A MANHÃ 2ª EDIÇÃO
CELEBRANDO 10 ANOS DE FUNDADAÇÃO

SOB O SEU COMMANDO LEVANTOU-SE, ESTA MADRUGADA, A GUARNIÇÃO DESTA CAPITAL

O MOVIMENTO ESTENDE-SE A TODO O TERRITÓRIO DO PAÍS
Em S. Paulo, o comando das forças revolucionárias foi assumido pelo general Miguel Costa

O AVISO DE PRESTES aos seus companheiros

A Manhã, 27/11/1935.
Iconographia

A questão não é nem mesmo metodológica, de privilegiar aspectos internos ou externos no exame dos acontecimentos, mas sim o fato de ter se tornado para a direita um imperativo político-ideológico, com o objetivo de desqualificar o movimento.

Como dissemos anteriormente, não havia nada de aberrante que os partidos comunistas seguissem uma linha estratégica comum e até instruções táticas da IC que, supostamente, deveria conhecer bem as situações nacionais, através dos informes e da participação direta de representantes das suas seções nacionais. No caso específico do Brasil nos anos de 1934-1935, não só o PCB considerava a

situação interna revolucionária, como toda a esquerda compartilhava dessa opinião, desde os tenentes de esquerda a simples simpatizantes da ANL. O próprio governo via a vitória de um movimento revolucionário da ANL como uma possibilidade concreta.

Nada, no entanto, nos autoriza a considerar que a IC tenha dado ordens para um movimento insurrecional no Brasil. O que fez, diante dos informes de Miranda, foi dar seu beneplácito e alguma ajuda – pequena, por sinal – para que Prestes voltasse ao país, garantindo financeiramente sua manutenção e a do Birô Sul-Americano, que se transferia para o Rio de Janeiro, entusiasmado com a situação que lhe diziam haver no país.

As discussões sobre as ordens de Moscou para o desencadeamento da “Intentona” foram orquestradas no sentido de desmoralizar duplamente os comunistas brasileiros – e, através deles, o ideário comunista: primeiro, seriam meros fantoches, “paus-mandados” de uma potência estrangeira; segundo, a tal ponto traidores, que teriam sido capazes de baixezas como a dos fantásticos assassinatos de colegas dormindo. É impressionante a desfaçatez, pois está mais do que comprovado que no levante do 3º RI morreram em combate dois oficiais, um de cada lado da barricada.

Também é importante ressaltar a continuidade do movimento insurrecional de novembro de 35, no Rio, com o pensamento e a ação tenentista, ainda bastante fortes não só entre a totalidade dos militares que participaram do movimento – a esmagadora maioria deles desvinculada orgânica e ideologicamente do PCB – como na sociedade.

Prestes relatou inúmeras vezes sua resolução de voltar ao Brasil para a luta revolucionária, antes mesmo da ida da delegação brasileira a Moscou, resolução que se viu reforçada depois dos incríveis informes de Miranda. Prestes chegou ao Brasil acompanhado de Olga Benário em abril de 1935, encontrando-se aqui com os enviados pela IC: Harry Berger, Rodolfo Ghioldi, León-Julles Vallée e Franz Paul Gruber, com suas mulheres, e o americano Victor Alan Baron.

Aqui chegando, presidente de honra da já lançada ANL, Prestes buscou contatos com seus ex-camaradas da Coluna. Procurando exercer efetivamente a liderança da ANL e aproveitando-se do vazio sobre as questões relativas ao poder na plataforma-programa



Caio Prado Jr. discursa durante assembleia da Aliança Nacional Libertadora (ANL). São Paulo, 1935. Iconographia



Sede da Aliança Nacional Libertadora. Rua Almirante Barroso nº 1, Rio de Janeiro, 1935. Iconographia



O Globo, 9/1/1935. Iconographia

Número del retrato y credencial debe ser el mismo



Fotografía tomada el 19 de Julio de 1935

Harry Berger



Polgar derecho

C. D.

62343
1935

Identidade argentina falsa de Arthur Ernst Ewert (codinome Harry Berger), membro da Internacional Comunista que participou do levante de 1935 no Brasil. Iconographia

ando a tradição de intensa participação política, que vinha de 22, manifestavam abertamente suas simpatias políticas, seja na ANL seja na AIB. Mas era a adesão dos militares à ANL que preocupava ao governo, que já tramava a colocação da Aliança na ilegalidade, iniciando para isso uma intensa campanha de provocações, nas páginas do jornal *O Globo*: denunciava-se sinistro plano comunista para dominação da América Latina, em que não faltavam sangrentos assassinatos. O

discurso do Cavaleiro da Esperança no dia 5 de julho deu ao governo um pretexto para, logo no dia 11, fechar a ANL.

Prestes, à época, apesar de sua adesão ao comunismo, era principalmente, um tenente, como ele próprio reconheceria mais tarde. Seu discurso de 5 de julho de 1935 foi um apelo tenentista àqueles companheiros de farda e da Coluna que continuavam a querer para o país transformações mais radicais do que as até então realizadas.

Com a Aliança na ilegalidade, a atuação de Prestes tornou-se ainda mais destacada e o PCB passou a dominar a organização. Prestes intensificou o contato epistolar com seus ex-camaradas da Coluna, na intenção de revivê-la, sendo inúmeras as cartas que escreveu nesse sentido, como a dirigida a Trifino Corrêa:

[...] a ti cabe [...] a grande tarefa de mobilizar todos os companheiros da coluna, bem como todos os outros lutadores honestos que contigo combateram em 30 e 32. [...] É necessário que a coluna se reorganize e que seja multiplicada e orientada. Multiplicada porque cada soldado da coluna deve ser, nos dias de hoje, o comandante de um grupo ou destacamento a serviço da ANL. Orientada porque os últimos anos de lutas e desilusões esclareceram os nossos objetivos e tornaram claro nosso programa [...]³



O capitão Trifino Corrêa (o do meio) quando chegou preso ao Rio de Janeiro. 9/12/1935. Iconographia

O governo sentia-se ameaçado. Por um lado, a intensa mobilização dos setores de esquerda da sociedade, agrupados sob a bandeira da ANL e que recebiam, se não a adesão formal, pelo menos a simpatia da classe operária; por outro, Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, articulava a oposição parlamentar a Vargas, chegando-se a falar em pedido de *impeachment* do presidente.

Os integralistas, atizados pelos êxitos do nazi-fascismo, saíam às ruas em manifestações anticomunistas, o que quase sempre resultava em sérios conflitos, como no comício realizado em Petrópolis, a 9 de junho, que resultou em mortos e feridos.

E boatos sobre golpes se sucediam, bombardeando Getúlio com telegramas que, de norte a sul do país, denunciavam tramas para derrubá-lo.

O clima de mobilização, agitação e boatos fez com que muitos líderes imaginassem estar vivendo uma situação objetiva e subjetivamente revolucionária. Tal opinião era compartilhada tanto pelos políticos aliancistas mais moderados como pelos oficiais tenentistas que se sentiam traídos pela Revolução de 30 e pelos comunistas e seus simpatizantes. Prestes, em sua correspondência dirigida a antigos camaradas, insistia que o Brasil era “francamente revolucionário” e que a luta, já travada, “só pelas armas será decidida”. E convocava: “cada revolucionário, principalmente cada membro da Coluna, precisa organizar um grupo e começar a luta [...]”⁴

O discurso de Prestes no 5 de julho, que o governo esgrimiou como argumento para o fechamento da ANL, padeceu de um duplo equívoco. Em primeiro lugar, o erro da radicalização verbal que o discurso introduzia, ao terminar exigindo: “Todo o poder à ANL!”. O erro da conclamação, que soou como um chamamento imediato às armas, torna-se patético quando sabemos que a idéia de tal apelo fora justamente a de fortalecer a ANL, evitando ações golpistas. Prestes, Berger e Guioldi, apesar de acreditarem que as condições para uma insurreição amadureciam rapidamente, queriam evitar aventuras. Caberia ao PCB dirigir o próximo movimento revolucionário, mas não provocá-lo. São inúmeros os documentos que, depois do fechamento da ANL, alertavam para que não se desencadeassem golpes sem respaldo popular em nível nacional. E foi justamente acreditando que evitariam uma quartelada e reforçariam o movimento de massas que resolveram lançar a palavra de ordem de “Todo o poder à ANL!”.⁵

A ANL foi fechada sem provocar maiores protestos populares. Além de uma passeata em São Paulo e uma ameaça de greve no Rio, as “grandes massas revolucionárias” não se manifestaram. A passividade com que as massas aceitaram o fechamento da Aliança contrastava vivamente com a grande mobilização popular que esta vinha conseguindo, contradição que os dirigentes revolucionários não souberam avaliar politicamente.

Mas mesmo depois do fechamento da ANL as agitações políticas continuaram: confrontos de rua com os integralistas, greves, ameaças de rompimento de bancadas estaduais com Vargas, atingindo o auge nas eleições estaduais de outubro e na greve da Estrada de Ferro Great Western, que paralisou o Nordeste no início de novembro.

OS LEVANTES

No Rio Grande do Norte as eleições haviam deixado o Estado bastante conturbado, o que se exacerbou com a ordem para o desengajamento de militares

do Exército, deixando praças e sargentos do 21^o BC, sediado em Natal, indignados. A situação ficou mais tensa ainda quando o governador eleito mandou dissolver a Guarda Civil, organizada pelo governo anterior.

O Partido Comunista em Natal, orientado pela direção nacional, mostrava-se cauteloso quanto a motins. No início de novembro, por exemplo, quando da greve na Great Western, apesar da empolgação dos comunistas com a amplitude e a combatividade dos grevistas, foi obediente às diretivas que chegaram do Rio de Janeiro:

Para a ANL não é ainda conveniente tentar um grande movimento nacional, nem mesmo precipitar os acontecimentos nos outros estados do Nordeste. Sem uma ação simultânea nos outros estados, não acreditamos que seja viável nem oportuno lançar no RN a palavra de ordem de tomada imediata do poder.⁶

Poucos dias antes da eclosão do movimento em Natal, praças do 21^o BC assaltaram um bonde da cidade e foram presos pelo tenente Santana, logo depois vítima de um atentado, o que mostra bem como iam os ânimos e a disciplina no quartel. No dia 23, a notícia da expulsão dos baderneiros deixou os militares em polvorosa. O sargento Quintino e o cabo Dias foram procurar a direção do Partido: o sapateiro José Praxedes e João Lopes, conhecido como “Santa”. Comunicaram que os militares subalternos do 21^o iam rebelar-se às sete e meia da noite e queriam que o partido se colocasse à frente da revolta. A direção era contrária à rebelião naquele momento mas, diante da insistência de Dias e Quintino, resolveu participar.

Na hora marcada o quartel foi tomado com facilidade e o cabo Dias e o sargento Raymundo Francisco de Lima, conhecido como “Raymundo Tarol”, prenderam o comandante da guarda e os outros oficiais que se encontravam no local, dando vivas à ANL e a Luís Carlos Prestes. Os revoltosos saíram em busca de algum oficial que dirigisse a rebelião, mas não conseguiram que nenhum aderisse.

Os comunistas civis que chegaram para participar do motim, depois de fardados e armados, formaram com militares grupos que partiram em diversas missões: tomar o quartel da Inspetoria de Polícia, o Esquadrão de Cavalaria, os Correios e Telégrafos, o aeroporto, estradas de ferro, a central elétrica, delegacias, cartórios. A Polícia Militar foi a única que lhes opôs resistência, assim mesmo não por muito tempo. É importante notar que no ataque ao quartel da PM ocorreu *a única morte durante a ação em Natal*, a de um soldado legalista.

Enquanto isso se passava, o governo do estado assistia a uma cerimônia de formatura no então Teatro Carlos Gomes e quando seus integrantes souberam do levante a correria foi geral. O chefe de Polícia, ao ouvir os boatos de anormalidades no 21^o, foi verificar e acabou preso, caindo numa armadilha que lhe levou ao quartel.

A oficialidade do 21^o não reagiu ao motim: a maioria se escondeu, enquanto o pânico tomava conta de Natal. Quanto aos rebeldes, agiam sem a menor organização. Na noite do dia 24, um domingo, já de posse da cidade, sabedores que o 29^o BC, em Recife, havia se levantado, imaginaram que a revolução começava em todo o país. Os comunistas locais assumiram então, abertamente, a direção da revolta. Foi nomeado um Comitê Popular Revolucionário, dirigido pelo próprio Praxedes, com o cargo de secretário de Abastecimento. Os demais membros, todos do PCB, eram: Lauro Cortez Lago, funcionário da Polícia Civil, no

cargo de secretário do Interior; Quintino Clementino de Barros, sargento músico do 21^o BC, secretário da Defesa; José Macedo, tesoureiro dos Correios e Telégrafos, secretário das Finanças, e João Batista Galvão, funcionário de uma escola, secretário da Viação.

Requisitaram-se carros, armas, mantimentos, dinheiro. Apesar dos esforços da Junta para controlar a situação, os dias 25 e 26 foram de assalto ao comércio local, principalmente de comida, tecidos, vestuário, bebidas e cigarros. Os rebeldes confiscaram todo o dinheiro que encontraram nos cofres do Banco do Brasil, da Recebedoria de Rendas e do Banco do Rio Grande do Norte, dinheiro este que distribuíram sem qualquer critério.

A Junta publicou o jornal, *A Liberdade*, do qual só saiu o primeiro número, enquanto o povo continuava festejando nas ruas a revolta do 21^o:

Lançamos um programa: bonde barato, pão barato. Demos pão ao povo. Tiramos 10 mil manifestos e falamos pelos alto-falantes, chamando o povo para se unir. Que nós queríamos pão, terra e liberdade. [...] Mas o povo não queria trabalhar, só queria gritar: “Viva Prestes! Viva Prestes!” Prestes era a menina dos olhos de lá.⁷

O povo nas ruas festejava a queda de um governo impopular e a farra da distribuição de comida e de dinheiro, enquanto a Junta continuava a avaliar que se festejava a revolução nacional-libertadora e divulgava:

Ao eco de nossa metralha já responderam os companheiros da Paraíba do Norte, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, Maranhão e Estado do Rio de Janeiro, os quais já estão nas mãos dos nacional-libertadores. São Paulo está insurreccionado, com o povo em armas e o proletariado em greve revolucionária, tudo indicando que o governo não se sustentará por muitas horas, e mais para o Sul o proletariado se atira em greves combativas, aclamando o nome de Luís Carlos Prestes. A gloriosa Marinha Brasileira também já virou seus canhões contra a tirania, estando revoltada na Bahia de Guanabara e bem assim no Pará; Santa Catarina levantou-se há poucos minutos, sob o comando do valente companheiro Herculino Cascardo.⁸

No Rio Grande do Norte a rebelião estendeu-se pelo interior do estado, onde a população, na sua grande maioria, via o movimento como coisa dos partidários do ex-governador Mário Câmara, derrotado nas recentes eleições.



Levante comunista de 1935. Membros do Comitê Revolucionário presos: 1. Lauro Lago, 2. José Macedo, 3. João Batista Galvão. *Iconographia*



Revista da Semana, ano XXXVII, nº 1, 14/12/1935, p. 20. Página de *A Liberdade*, órgão oficial do governo popular revolucionário, editado em 27/11/1935, em Natal. *Iconographia*

A resistência aos rebeldes foi logo organizada. Dinarte Mariz, fazendeiro e político em Caicó, reuniu grupos armados e pediu ajuda ao governador da Paraíba, que imediatamente enviou tropas contra o Rio Grande do Norte. No dia 26, depois de vários combates com os rebeldes do interior, as tropas sertanejas seguiram para Natal, onde, a 27, já encontraram a cidade ocupada pela polícia paraibana.

Os membros da Junta, que no dia 26 à noite haviam recebido telegrama de Recife em que as autoridades legais exigiam sua rendição, só aí tomaram consciência da derrota do movimento lá e da sua própria. Deram então ordem de debandar. Todos os membros da Junta foram presos, com exceção de Praxedes, que conseguiu escapar.

A repressão começou imediatamente, com apreensão de armas, munições e muito dinheiro. É importante notar que o governador do Estado, Rafael Fernandes, começou a acusar como cabeças do levante seus inimigos políticos locais. Só depois do levante de 27 de novembro, no Rio, de acordo com a campanha anticomunista orquestrada nacionalmente – e também para justificar a fuga em massa, das autoridades do estado e a nenhuma resistência dos oficiais do 21^o BC – que se passou a falar do que fora uma quartelada, legitimada pela anarquia popular, como um movimento cuidadosamente organizado, “uma solerte e traiçoeira trama”⁹ ordenada e comandada por Moscou.

Em meio de toda a desorganização, a participação popular no levante permitiu que Natal ficasse quase quatro dias nas mãos dos rebeldes. Mas o fato de os comunistas terem aderido ao golpe não deu a ele características socialistas: não havia um programa de governo e sequer se tentou organizar o comando do 21^o.

A maioria dos participantes do movimento não sabia explicar o porquê da rebelião. Um dos poucos a ter clareza do que acontecera foi o cabo Dias, o que iniciara o movimento no quartel e acabara por libertar todos os prisioneiros. Disse a polícia que a rebelião

não tinha chefes. Foi um movimento de indisciplina, como protesto pela expulsão de grande número de praças, nos dias 22 e 23 de novembro. [...] Aí os extremistas (*sic*) se aproveitaram da situação e o transformaram num movimento comunista. Não havendo chefes, não sabe quais os articuladores.¹⁰

As opiniões dos militares interrogados eram de que o movimento fora uma quartelada para estabelecer uma ditadura militar, pois “a ditadura seria o melhor para as Forças Armadas”. A maioria deles, entretanto, declarou ter entrado no movimento ou por solidariedade aos camaradas ou por não ter conseguido fugir do quartel.¹¹

Boa parte da população achava que a rebelião era apoiada por Vargas, contra o governo de Rafael Fernandes que havia derrotado Mário Câmara, aliado do governo federal. Muitos aderiram por medo, outros por oportunismo, quando acharam que o movimento tinha vencido. Poucos disseram que o levante era “em torno das idéias de Prestes”. Mas a maioria das pessoas não tinha a menor idéia de que se tratava. Como declarou um homem: “Deram-me farda, fuzil e me convidaram para assaltar o armazém Galvão. Fui”. Outro contou: “Uns diziam que o movimento era da ANL, outros que era da Aliança Social, outros que de elementos despeitados da situação e um cabo lhe disse que era comunista”.¹²

NO RECIFE

Recife sediava uma direção comunista regional, o Secretariado do Nordeste, de que faziam parte o ex-tenente Silo Meireles, o padeiro Caetano Machado e Pascácio de Souza Fonseca, funcionário público. O trabalho do partido entre os militares era organizado pelo sargento Gregório Bezerra, instrutor do Tiro de Guerra, que, além de elementos do Exército, contactava também com a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Guarda Civil.

A greve na Estrada de Ferro Great Western, que foi especialmente combativa em Recife, contou com a solidariedade de outros setores, como da Companhia de Força e Luz, dos transportes, do carvão, e, inclusive, de praças do 29^o BC, fato que reforçou a crença na existência de uma situação revolucionária prestes a explodir. No 29^o, soldados armados desacataram oficiais que queriam combater os grevistas e a desobediência dos militares chegou a resultar na morte de um tenente integralista.

No dia 15 de novembro, os operários das mais importantes usinas de açúcar do estado aderiram à greve, o que só fez reforçar nos comunistas a idéia de que a revolução não demoraria a começar. Foi nesse clima que na noite de 23 de novembro chegou ao Secretariado do Nordeste a notícia do levante do 21^o em Natal. Resolveram desencadear imediatamente uma rebelião no 29^o. Gregório Bezerra, embora fosse a favor da insurreição, considerava loucura começá-la num domingo, quando os soldados estavam dispensados do comparecimento ao quartel, mas o Secretariado insistiu na data e o levante foi marcado para às nove horas da manhã do dia seguinte, domingo, 24 de novembro.

Lamartine Coutinho, naquela época jovem tenente do 29^o BC, ligado à ANL e aos comunistas, foi escolhido pelo Secretariado para desencadear o movimento. Silo Meireles transmitiu as ordens e, disciplinado, Lamartine foi cumpri-las, contando com o apoio do tenente Alberto Besouchet, também membro do partido. Foram os únicos oficiais do 29^o a participar da insurreição.

O quartel foi logo tomado, apesar da resistência dos oficiais que lá se encontravam. Os revoltosos, depois de prenderem os legalistas, começaram a distribuir armas aos populares que apareciam, na certeza de que o povo aderiria em massa à insurreição, o que não ocorreu: “Com 6 mil homens armados, ficamos poucos aguentando o movimento. Enquanto isso, o pessoal civil armado por nós, andava pelos bares, bebendo, namorando, de conversa fiada!”¹³

Depois de tomado o quartel, foram deslocados dois pelotões: um para tomar o centro da cidade e o outro, comandado por Lamartine, seguiu para o Largo da Paz, onde o tenente, depois de parlamentar com o padre, conseguiu instalar duas metralhadoras na torre da igreja:

– Padre, nós somos irmãos – disse o tenente. – O senhor é padre, eu sou militar. O senhor é um servo de Deus e eu sou um servo da Pátria. E eu preciso botar duas metralhadoras na torre da igreja.



Ex-capitão Silo Meireles,
26/12/1938. Iconographia

– *Pois não, meu filho* – respondeu o padre – *mas você não me estrague os objetos de culto!*

– *Prometo, padre. E mantive.*¹⁴

O outro oficial a participar do movimento, o capitão Otacílio Alves de Lima, também membro do PCB, servia no 22^o BC, em João Pessoa, e estava em trânsito por Recife. Silo Meireles queria que o capitão fosse levantar o 22^o, mas Otacílio disse que nenhum oficial de lá o acompanharia e incorporou-se então ao grupo de Lamartine.

Gregório Bezerra, que passara a noite mobilizando os praças do CPOR, esperava a adesão de estivadores, portuários e outros operários que o Partido garantia estarem prontos para a luta, mas não apareceu ninguém e Gregório tomou sozinho o quartel-general, sede da 7^a Região Militar. Ferido, teve que abandonar o quartel, saindo em busca de ajuda, que só veio de um grupo de garotos de rua: “Convidei-os para participar da revolução. Aceitaram. Ensinei-lhes a carregar os fuzis, a fazer pontaria e a atirar. Aprenderam rápido”.¹⁵

No início da tarde de domingo as tropas legalistas já tinham cortado o acesso dos rebeldes ao centro da cidade; no Largo da Paz, a ofensiva do tenente Lamartine e do capitão Otacílio fracassava, sem receber as esperadas adesões. Na segunda-feira 25, com a chegada de reforços da Paraíba e a ameaça de bombardeio aéreo, o pânico tomou conta da população. À tarde os rebeldes se retiraram do Largo da Paz e o quartel do 29^o foi abandonado: o movimento estava derrotado.

Apesar de os oficiais que dirigiam o levante terem resolvido continuar a luta do interior, pouca gente os seguiu. Além do mais, Vitória de Santo Antão, onde pretendiam se reorganizar, já estava ocupada por tropas do governo. A 27 os chefes rebeldes já estavam presos.

Ao contrário do Rio Grande do Norte, a repressão em Recife foi feroz e, como em Natal, atribuiu-se o levante às ordens de Moscou.

Também no Recife não estava claro para a população o que ocorria: “Quando o movimento arrebentou, a população do Recife, apanhada de surpresa, perguntava: ‘O que é isso? Comunismo? Integralismo?’ Ninguém sabia”.¹⁶ De qualquer forma, houve maior consciência do que se passava. A maioria dos presos em Recife dizia que o levante era pelo “governo popular, nacional e revolucionário, com Luís Carlos Prestes à frente” ou “por um governo em que o proletariado não sofresse mais os vexames impostos pelo capitalismo”, ou ainda “por pão, terra e liberdade”.¹⁷

No Rio

O simples acompanhamento dos fatos nos mostra o absurdo – e a falácia – de se dizer que as insurreições ocorreram por ordens de Moscou. Em Natal, o movimento foi desencadeado por uma mistura de questões políticas locais e agitações de quartel. Em Recife, foi o despreparo do Secretariado do Nordeste que desencadeou a quartelada, depois que soube do ocorrido em Natal.

Enquanto isso, no Rio, tanto a direção nacional do PCB quanto Prestes e os assessores da IC desconheciam por completo os acontecimentos do Nordeste.

Basta lembrar que no dia 23 de novembro, na mesma hora em que começava o levante em Natal, terminava no Rio uma reunião da direção nacional do PCB com representantes das direções estaduais, inclusive do Rio Grande do Norte, sem que ninguém suspeitasse do que acontecia. Quando mais tarde as notícias começaram a chegar, eram muito vagas e a verdade é que ninguém, nem o governo, nem a oposição, muito menos os comunistas sabiam ao certo o que se passava.

Café Filho, deputado federal do partido de Mário Câmara, afirmava que o movimento em seu estado era, além de antiintegralista, “resultado das arbitrariedades e violências praticadas pelo governo Rafael Fernandes”.¹⁸

O governo preparou-se para enviar tropas ao Nordeste, e as unidades militares foram colocadas em rigorosa prontidão. Começaram também as prisões de líderes políticos de oposição, militares, parlamentares e dirigentes sindicais, enquanto Plínio Salgado oferecia ao governo 100 mil homens para combater os rebeldes.

Apesar de tudo, Prestes tomou a decisão de levantar as unidades militares do Rio. Ao saber dos levantes, tentou encontrar-se com Miranda, o secretário-geral do PCB, para não resolver sozinho o que fazer. Miranda, que já fora informado do que ocorria, não deu grande importância aos acontecimentos – mais uma evidência de que a direção nacional não era responsável por eles – e demorou a ir procurar Prestes e os assessores da IC. Quando finalmente realizaram a reunião, o Cavaleiro da Esperança jogou todo o peso de sua autoridade para desencadear a luta no Rio. Miranda vacilava em apoiar a proposta de Prestes, enquanto Ghioldi e Berger não queriam dar seu aval sem o apoio do secretário-geral do PCB. Mas Prestes acabou por convencer a todos da justiça de sua posição: seria uma iniquidade não se solidarizar com companheiros do Nordeste.

Na noite de domingo, Miranda foi discutir a resolução com os demais membros da direção do partido usando, para convencê-los, os mesmos argumentos de Prestes. Com a concordância de todos, a insurreição ficou marcada para a madrugada de 27 de novembro.

Imagine-se organizar um levante de tal envergadura em 48 horas! Prestes, imediatamente, procurou contato com a direção da Internacional Comunista, em Moscou, para comunicar a decisão tomada. Também escreveu ordens para as unidades militares do Rio de Janeiro e cartas a oficiais, antigos companheiros da Coluna, mesmo sem saber com quem poderia contar – como no caso de Newton Estillac Leal que, a frente do Grupo de Obuzes de São Cristóvão, foi um dos primeiros a atacar o revoltosos do 3º RI.

Foram enviados emissários a outro Estado e às unidades militares do Estado do Rio, com ordens para o levante, mas não conseguiram cumprir suas tarefas. No Rio de Janeiro receberam as ordens para sublevar-se as unidades da Vila Militar, do Campo dos Afonsos, do Realengo e o 3º Regimento de Infantaria.

Os civis não estavam no plano insurrecional de Prestes, tipicamente tenentista: só depois de vitoriosa a rebelião nos quartéis, o povo seria chamado a apoiar os militares. De qualquer forma, enquanto Prestes preparava a insurreição militar, o partido se encarregava da parte paisana. Organizou onze “brigadas civis”: de estivadores, marítimos, operários da construção civil, membros da Juventude Comunista, metalúrgicos, marinheiros, motoristas, operários da indústria de cerâmi-

ca, militantes do bairro de Bento Ribeiro, ferroviários da Central do Brasil e operários da Light – cerca de 140 pessoas no total. Não havia armas, e à última hora começou-se a fabricar bombas e granadas de mão em casa de militantes, sem mesmo ter onde armazená-las.

No 3º RI

O 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, era uma unidade importante, com um efetivo de 1.700 homens: três batalhões, cada um deles com três companhias de infantaria e uma de metralhadoras. Naquele momento, o PCB só tinha nele dois oficiais ligados organicamente ao partido – o tenente Leivas Otero, que lá servia, e o capitão Agildo Barata que estava preso no Regimento. Já o núcleo aliancista do quartel contava com cerca de trinta militares subalternos, sendo onze deles também filiados ao PCB. A ANL tinha, porém, muitos simpatizantes não organizados no 3º RI. As ordens de Prestes que chegaram lá, na manhã do dia 26, determinavam:

O 3º Regimento Popular Revolucionário deverá levantar-se às duas horas da madrugada de 26 para 27 do corrente e, a partir das três horas, iniciar a execução das missões constantes no plano anexo por mim rubricado.¹⁹

Depois da tomada do quartel, o 1º Batalhão deveria ir para o Arsenal de Marinha ajudar a levantar o Batalhão Naval; um destacamento do 2º Batalhão tomaria a polícia militar, na rua São Clemente, em Botafogo, enquanto outro atacaria a Polícia Especial, no morro de Santo Antônio, no centro da cidade. O 3º Batalhão seria responsável pela tomada do Palácio do Catete e do Palácio Guanabara. Cumpridas essas missões, atacariam o quartel-general do Exército.

No 3º RI, as ordens de Prestes foram recebidas com enorme entusiasmo e ninguém duvidou da vitória. A tensão era grande no quartel e evidentemente não havia ninguém dormindo. Desencadeado o movimento e apesar da reação imediata dos oficiais legalistas, só houve dois mortos em combate: o tenente rebelde Tomás Meireles e o major legalista Misael Mendonça. Tomás Meireles foi atingido por um tiro de um oficial governista; Misael Mendonça atirou num sargento rebelde e este revidou, atingindo mortalmente o major. Os demais foram mortos mais tarde no 3º RI pelo bombardeio do governo, que arrasou o quartel.

A tomada do 3º RI não correu de acordo com os planos de Prestes; a resistência da companhia de metralhadoras retardou o domínio do Regimento e permitiu o cerco das forças governistas antes que os rebeldes pudessem sair. Situado entre os dois morros da Praia Vermelha, o mar aos fundos e tendo como única saída a avenida Pasteur, quando esta foi ocupada pelas tropas do governo, os rebeldes ficaram encurralados, esperando reforços da Vila Militar e da Escola de Aviação, que não chegaram. Cerca de onze e meia da manhã do dia 27, o 3º RI começou a ser bombardeado, arrasando-se o quartel. Só então os revolucionários se renderam.

Na Escola de Aviação Militar, onde o número de oficiais comunistas era maior – os capitães Agliberto Vieira de Azevedo e Sócrates Gonçalves, os tenentes Benedito de Carvalho, Dinarco Reis e Ivã Ramos Ribeiro, e ainda o então cabo José Homem Correa de Sá –, o movimento não contou com o elemento surpresa,

pois o levante tinha começado mais cedo no 3º Regimento e a direção da EAM já estava avisada. Apesar disso, depois de uma luta ferrenha, os rebeldes conseguiram dominar a Escola até o amanhecer. Com o clarear do dia e a reação contra os rebeldes cada mais forte, ficou evidente que estavam derrotados.

A Vila Militar – a maior concentração do 1º Exército – e que os rebeldes consideravam “sua” não se revoltou. Mobilização houve, mas foi para combatê-los.

Assim como a Vila Militar, a Marinha não se mexeu. E as brigadas civis foram um estrondoso fracasso, o que, aliás, era de se esperar. E a população não tinha a menor idéia do que estava acontecendo.

Luís Carlos Prestes, que ficara em seu quartel-general esperando a vitória do movimento para assumir o comando revolucionário, ao saber da derrota voltou para casa, seguro, como estavam todos, de que sofreram apenas uma derrota; a luta ia continuar.



Sentados, primeira fila, da esquerda para direita: Cap. Sócrates Gonçalves, Cap. Álvaro de Souza, Ten. Benedito de Carvalho. Sentados, segunda fila: Ten. Pedroso, Cap. Agliberto Vieira, Ten. Gutman. Em pé, da esquerda para direita: Sarg. Ayres, Ten. Davi, Ten. Ivan Ribeiro, Ten. Leivas Otero, Sarg. Picarasso, o argentino Ghioldi, Cap. Agildo Barata, Ten. Moraes Rego, Doutor Ilvo Meireles. Iconographia

A REPRESSÃO

Logo a 3 de dezembro foi criada a Comissão de Repressão ao Comunismo. Góis Monteiro, chefe do estado-maior do Exército, numa reunião de generais, dizia: “A Constituição é um obstáculo à repressão e significa impunidade, recrudescimento da desordem, a desmoralização, o caos, a anarquia, dificuldades invencíveis, até a ruína completa!”.²⁰

Com a ajuda do Intelligence Service e da Gestapo para identificar os revolucionários estrangeiros, o chefe de Polícia, Filinto Strubing Müller, iniciou a repressão. O número de pessoas atingidas por ela foi imenso, incluindo comunistas, aliancistas, democratas e todos os que se opusessem ao governo.

Mais uma vez, também no Rio, os participantes não tinham claros os motivos da revolta. Se para uns a revolta era liderada por comunistas e aliancistas para colocar Prestes à frente de um governo de libertação nacional, para muitos eram outros os chefes militares envolvidos, e a maioria dos militares subalternos lutou por obediência aos oficiais em quem confiava.

Falando mais tarde sobre o movimento, o oficial da Marinha e dirigente da ANL, Roberto Sisson, resumiu-o bem:

O terror policial contra os militantes da ANL [...] a baixa dos efetivos militares, com o reforço das polícias estaduais fascistas com a ajuda dos integralistas, o auxílio às empresas imperialistas, com o adiamento *sine die* da reconstitucionalização nacional – foi o que levou à radicalização da ANL e a que muitos aderissem espontaneamente e sem a devida preparação à revolução de novembro de 1935 [...]

Essa revolução foi *espontânea, prestista, militar, nacional-libertadora* e, portanto, antiimperialista, antiintegralista, a favor da industrialização do país e pela *democratização e eficiência do Exército Nacional*.²¹

DEPOIS DA DERROTA

Apesar da derrota, os revolucionários queriam continuar a luta, achando que a vitória seria possível com um pouco mais de tempo e organização. E falsas notícias começavam a circular. Ilvo Meireles, que mantinha contato com Prestes, informava de um golpe de generais que estaria sendo tramado, acrescentando que “a oposição ao terrorismo de Filinto Müller cresce a cada dia” e “é fora de dúvida que Getúlio vai perdendo terreno”.²²

O jornalista Otávio Costa, ao sair da prisão, mandou informar à direção do partido que “a coisa mal começou”. Estava seguro de que outros levantes e greves ocorreriam e por isso era “preciso só animar a macacada!”. Dizia que dentro da prisão

[...] A moral dos militares é ótima! Muito entusiasmo! E enorme confiança na vitória próxima. Entre cabos e sargentos idem. Confiança cega na vitória próxima! Nenhum derrotismo, NENHUM! O primeiro revés é interpretado por eles como o começo do barulho.²³

A tal ponto acreditava-se na vitória de um próximo levante que alguns presos dormiam vestidos, esperando ser libertados a qualquer momento. Os oficiais, altivos, desafiavam a repressão. Todos os dias, o capitão Trifino Corrêa mandava recados desaforados para o diretor do presídio:

Trifino: – Você sabe meu nome?

Servente: – Sei sim, senhor, capitão Trifino Corrêa.

Trifino: – Está seguro mesmo? Capitão Trifino Corrêa?

Servente: – Tô sim, senhor.

Trifino: – Pois então diga ao tenente Canepa que o capitão Trifino Corrêa mandou dizer que ele é um corno e um filho-da-puta.²⁴

Começaram também as notícias de pretensos movimentos guerrilheiros no Nordeste,²⁵ principalmente no Rio Grande do Norte, cujos episódios, que terminaram em tragédia, nada tiveram a ver com a continuação do movimento revolucionário. No entanto, por falsas informações recebidas e por querer acreditar nelas, Prestes chegou a apostar em tais “guerrilhas”, mandando dinheiro, homens e instruções para o Nordeste.²⁶

Na primeira avaliação que a direção do PCB fez dos movimentos dizia-se que

O levante do Nordeste deu-se repentinamente e num momento em que a situação em outras partes do país não tinha ainda chegado ao ponto culminante de sua maturidade revolucionária. Ela se deu num momento de preparação ainda insuficiente das forças revolucionárias para a luta decisiva [...]²⁷

E Prestes recordou, mais tarde:

Minha perspectiva, apesar de ter achado o começo um desastre, era continuar a luta. Achava que havia condições para continuar a luta armada e não podia passar tudo em brancas nuvens! Foi um acontecimento importante, levantaram-se unidades

como o 3º RI, em três estados do Brasil! Houve gestos de grande despreendimento e dedicação! A repercussão do comportamento dos militares na prisão era muito boa! Era preciso levar isso em conta!²⁸

Em dezembro, com a prisão de dois membros da direção do partido que não resistiram às torturas e o auxílio do Intelligence Service, Arthur Ernst Ewert foi identificado e pouco depois localizado. Olga Benário, que por acaso assistiu à prisão do casal Berger, teve tempo de avisar Prestes e conseguiram fugir.

Berger, torturado bestialmente, declarou apenas seu verdadeiro nome, naturalidade e sua condição de comunista.

Na manhã de 13 de janeiro de 1936, o Partido sofreu outro sério golpe, com a prisão de Miranda. O cerco sobre Prestes se fechava.

Depois da prisão do secretário-geral, Rodolfo Ghioldi, muito nervoso, fora procurar o Alan Barron, o único que conhecia o endereço de Prestes, insistindo num encontro com ele. Contou Prestes:

A rigor, Barron não podia tê-lo levado a mim. Mas Ghioldi era a figura mais importante da direção, por ser o chefe do BSA e convenceu Barron a levá-lo lá onde eu estava, na Nossa Senhora de Copacabana. Levei um susto quando bateram lá, tarde da noite [...] Ghioldi estava num estado de nervos tremendo! Insistia que eu tinha que sair daqui, que isso aqui estava muito perigoso. Eu mostrei-lhe que, nesses momentos, movimentar-se é que era perigoso, mas ele insistia em sairmos. Nessa ocasião *eu disse que ia para o Meier*.²⁹

Ghioldi resolveu fugir com a mulher por sua conta e risco e acabou preso a 24 de janeiro de 1936. Na prisão, forneceu à polícia as indicações que tinha sobre o paradeiro de Prestes: estava no Meier, era o que sabia. Contou ainda da existência de Olga Benário, de que a polícia não suspeitava e deu o nome e endereço de Barron, de quem a polícia também não sabia da existência. E falou de Vallée, que já havia sido preso e conseguira ser solto.

Léon-Jules e Alphonsine Vallée conseguiram escapar do cerco da polícia e Victor Barron deixou-os a salvo em casa de Prestes, na rua Honório, no Meier, mas ele próprio, cujo endereço Ghioldi entregou, não conseguiu escapar. Reconheceu, na prisão, ser um profissional da IC e nada mais falou. Foi barbaramente torturado e, no dia da prisão de Prestes, assassinado pela polícia, que o jogou por uma janela, simulando suicídio. Barron foi o único em cuja residência não se encontrou nenhum documento, nada de comprometedor, e jamais se soube do endereço da casa onde tinha montado o aparelho radiotransmissor.

Desde a prisão de Ghioldi que a polícia começou a “bater” o Meier rua por rua, casa por casa, com quatro turmas que se revejavam a cada seis horas. A 2 ou 3 de março, tendo ficado pronto um outro “aparelho”, os casais Prestes e Vallée discutiram quem devia se mudar e chegaram à conclusão de que Vallée e Alphonsine deveriam sair, pois era mais seguro que Prestes não se movimentasse. Na noite de 5 de março, Prestes e Olga foram presos.

Como já tive outras oportunidades de dizer,³⁰ os movimentos armados de novembro de 1935 eclodiram por situações gestadas e desenvolvidas no contexto da sociedade brasileira da época, dentro das tradições das lutas populares e da significativa participação de setores e lideranças políticas oriundas das camadas

médias urbanas, principalmente militares. A difundida tese do papel do “dedo de Moscou” ordenando os movimentos não tem nenhuma base na realidade. Não houve sequer uma ordem da direção do PCB ou do grupo da IC aqui no Brasil para os levantes. Como disse Agliberto Vieira de Azevedo, um dos dirigentes do PCB na Escola de Aviação Militar:

A insurreição de novembro de 1935 foi uma continuação dos movimentos militares que vinham há muito ocorrendo no país. [...] Contou principalmente com a participação de oficiais aliancistas, bem nas tradições golpistas do Exército. Aliás, no fundo, todos nós éramos isso mesmo: golpistas. Uma continuação do tenentismo, com outra coloração.³¹

Todos os participantes da direção das revoltas que entrevistei não hesitaram em afirmar o caráter tenentista do movimento. Roberto Sisson concluía em 1939:

Os movimentos do Rio Grande do Norte e do Recife não foram uma “revolução comunista”, como os classificou a reação fascizante. Como tampouco foi comunista a sublevação que pouco depois estalou no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de Luiz Carlos Prestes. Tais movimentos foram sublevações de quartel, dentro da mais rigorosa tradição revolucionária militar latino-americana. [...] Não podia deixar de contar com o apoio da ANL e ser considerada como legítima continuação e desenvolvimento da gesta que desde 1922 se vem desenrolando no Brasil.³²

E Prestes afirmaria:

Houve muito de subjetivismo... Pensávamos que éramos os donos da situação. Como os tenentes: faziam a revolução pelo povo e este aderê. Em 1935, eu era um tenente. Estava muito longe ainda de ser um comunista, um marxista... Esta é que é a realidade.³³

A REPRESSÃO EM SÃO PAULO

Prestes contava com movimentos militares em todo o país, especialmente em São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, mas os emissários do chefe rebelde, levando suas ordens, não conseguiram sair do Rio e unidades militares que poderiam eventualmente ter se rebelado não receberam as ordens para tal. Isso não impediu que a repressão se generalizasse, estendendo-se por todo o país desde o final de novembro de 1935, estendendo-se por 1936 e 1937 e continuando depois da decretação do Estado Novo. Por falta de espaço, escolhemos dar notícias aqui apenas dos processos que foram abertos no estado de São Paulo.

Contamos, ao todo, 162 processos, sendo 105 na capital e 57 no interior. Os processos são, na sua maioria, do final de 1935 e do ano de 1936, havendo também alguns de 1937 e início de 1938 (estes têm a data indicada). Como a quase totalidade é de 1936, colocamos as cidades – e dentro delas os nomes que encabeçam os processos – em ordem alfabética, para facilitar a leitura.

SÃO PAULO, CAPITAL

Foram acusados de propaganda comunista:

- **Adolpho Tudrey**, pintor; **Ignácio Tudrey**, pedreiro; **Anízia Correia dos Santos**, doméstica; e **Manoel Alves Monteiro da Silva**, carpinteiro.

- Agostinho Rodrigues.
- Aldino Schivi, médico.
- Alfredo Souto Filho e Osvaldo Rodrigues, motoristas; Felisberto Lopes, tecelão português; José Morato Érico, guarda-civil; e Juvêncio José de Souza, inspetor de segurança.
- Amador Cisneiros do Amaral, jornalista (processo de 1938).
- Américo Costa, guarda civil.
- André Borrachine, comerciário, e Eduardo Araripe Sucupira, funcionário dos Correios e Telégrafos.
- Ângelo Antônio Pássaro, oficial de farmácia; João Vitor da Costa, pintor; João Henrique Thornton, inglês, escriturário; João Dell’Osso, pedreiro; Ignacio Martinez Balaguer, espanhol, sapateiro; Paschoal de Vito, marceneiro; José Ferreira de Carvalho, eletricitista; e Arnaldo Masanello Pettinati, açougueiro italiano.
- Ascleríades Franklin Ferreira, lavrador.
- Cornélio Ferreira Coelho, engraxate.
- Diogo Herrera, Rodriguez Valdez, João Martinez, Ginez Perez, Ramón Herrera, Buenaventura Crespo, Fulgêncio Fuentes Sanchez e Lourenço Baltero, lavradores espanhóis.
- Eduardo Alves, barbeiro; José Antônio Marques, operário; e a professora, Sidéria Galvão, irmã de Patrícia Galvão, a Pagu.
- Fernando Costa, ex-cabo.
- Guilherme Bonow, representante dos ferroviários da Sorocabana.
- Gusmão Soler, pintor espanhol, e Rodolfo Felipe, jornalista.
- Higino Nicolau Zambrano, seleiro (processo de 1938).
- Isidoro Pereira, jornaleiro.
- Irineu Guimarães, professor.
- Jordão Fondi, barqueiro, ex-membro da Coluna Prestes.
- José Bispo dos Santos, motorista.
- José Cantagalo, maquinista espanhol.
- José Joaquim de Sant’Anna, estivador.
- José Monte Jr., açougueiro.
- Júlio Tavares, propagandista, e Carlos Brawm, vendedor.
- Manoel Ochobias Rolan e Cesarino Antônio Mari, pedreiros; e Angelo Moura, “Mauro”, pintor (processo de 1938).
- Mário Carlini, mecânico.
- Osório Thaumaturgo Cezar, médico.
- Pedro Higuera Rodrigues, espanhol, vendedor de loteria (diz que apenas cantava “La Cucaracha”).
- Pergentino Cunegundes Pontual, estivador.
- Pôncio Gonçalves, comerciário.
- Probo Falcão Lopes, engenheiro civil.

- **Quirino Rucca**, médico.
- **Rolando Henrique Guarany**
- **Rubem Fonseca**, dentista.
- **Samuel Weingartem**, alfaiate austríaco.
- **Virgílio Pessagno**, mecânico.
- **Waldemar Nogueira**, servente de pedreiro.

Outros acusados foram:

- **Abdon Prado Lima**, radiotelegrafista, e Luiz Batista, operário, acusados de propaganda comunista, de fomentar greves e criação de núcleo da ANL.
- **Alberto Reynaldo Thorstenberg**, guarda noturno; Frederico Debelack, marceneiro; Domingos Rodrigues da Cunha e Serafim Fernandez, argentino, empregados do Sindicato de Condutores de Veículos, presos em reunião do PCB.
- **Amador Cisneiros do Amaral**, jornalista; Antônio Castrilho, jornalista; Armando Pani, italiano, e Luiz do Amaral, vendedores de jornal; Donato Scagliuso, agente de jornais; Januário Abbateprieto, distribuidor de jornais, e Modesto di Donato, acusados de propaganda subversiva: distribuição da revista *Seiva* e outros materiais para as Edições Cultura Brasileira.
- **Antônio Barreto Lima**, ferroviário, por idéias extremistas.
- **Antônio Francisco Viveiros** e outros operários da Votorantim, por agitação comunista: Victorio Zanchetta, carroceiro; Miguel Dias, pedreiro argelino; Theodolino de Moraes; Manoel Paes (espanhol); José Isidoro; Aquiles Ribeiro de Campos; Fernando Braz Gomes; José Viveiros; Virgínio Terciani, italiano, motorneiro; Rafael Martins; Romeu Funes e Ângelo Vial, este aparece como proprietário (e mais 17 indiciados excluídos do processo).
- **Antônio Pinto Fonseca**, comerciante português e “intelectual comunista”, e Eduardo Maffei, médico espanhol, por intensa propaganda comunista.
- **Antônio de Araújo Silva**, soldado da Força Pública. O carcereiro da cadeia pública de Olímpia encontrou com Francisco de Paula Sobrinho o livro *O Estado e a Revolução*, e o preso disse que recebeu o livro de Antônio, preso, então, por propaganda comunista.
- **Antônio Hossne**, eletricista, por ser presidente do núcleo da ANL no Cambucy e estar envolvido com os movimentos de novembro de 1935.
- **Antônio Vieira**, inspetor da Guarda Civil, acusado de militância comunista desde 1934.
- **Araguaya Peçanha**, acusado de propaganda comunista. Iria ler um discurso na inauguração do núcleo aliancista do Cambucy.
- **Artur Eládio Neves**, comerciário, da Juventude Proletária Estudantil; João Matheus e João da Costa Pimenta, gráficos; Aristides da Silveira

Lobo, tradutor – juntamente com João da Costa Pimenta, da Liga Internacionalista; Victor de Azevedo Pinheiro e Edgar Leuenroth, jornalistas; Antônio Victor Paraná, José Carlos Boscolo, Feliciano Benedito dos Santos e Oscar Villa Bella, linotipistas; João Dalla Déa, funcionário da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, e Odilón Negrá, funcionário público. Acusados de propaganda comunista e de pertencerem à Liga Comunista Internacionalista.

- **Benedito Geraldo Ferraz Gonçalves**, jornalista, redator de *O Homem Livre* (processo de 1938).
- **Brasil Gerson**, pela edição de *A Platea* de 25 de novembro de 1935.
- **Caio Prado Jr.**, advogado, José Maria Gomes, médico, e Danton Vamp-pré, advogado de Rio Claro, acusados de se reunirem na sede de *A Platea* e de criarem a Frente Popular pela Liberdade.
- **Carolina Gonçalves Pereira**, operária fiandeira, por pertencer ao PCB e à ANL.
- **Celestino Paraventi**, comerciante, dono do Café Paraventi, acusado de colaboração com comunistas.
- **Clovis de Oliveira Neto**, cabo do 4º Regimento de Quintaúna; Argenor Carneiro, cabo, e Joel Farias dos Santos, 2º sargento do 2º Batalhão do 5º RI de Pindamonhangaba, acusados de conspiração, em novembro de 1935.
- **Cyro Paes** e **Adélio de Oliveira**, marceneiros, acusados de comunistas, de terem pertencido à Legião Cívica 5 de Julho e de guardar cartas do Coronel Cabanas.
- **Diamantino Costa**, servente de ladrilheiro, Diogo Barrientos, Leonardo Bello Petrovich, Malvino Santos, Arlindo Lourenço da Silva Filho; os portugueses Francisco de Almada Bianco, pedreiro, Francisco Gomes Chuão, mecânico, e Antônio Costa, chacareiro; José Alba Natoli, carpinteiro espanhol, José dos Santos Neves, ajudante de cozinheiro. São acusados de pertencer à célula da Juventude Comunista no Sindicato da Construção Civil.
- **Edgar Leuenroth**, João Bentevegra, Arlindo Colaço e J. Gravonskie, pela publicação de *A Lanterna*.
- **Eduardo Guarco**, guarda-livros, José Augusto da Silva Almeida, comerciário; Sebastião Arruda, pugilista, e Euclides Klebs, acusados de atividades subversivas, propaganda contra as instituições e pregação pela liberdade dos presos políticos.
- **Eugênio Alonso**, “Araribá”, e Manoel Gonçalves, “Balde”, espanhóis, jornalistas; os espanhóis José Moreno Sanchez, “Liberal”, oleiro; Miguel Herrera, “Cairo”, lavrador; José Maria Clemente Imbernon, “Ziz”, ferroviário; Diogo Perez Perez, “Enxada”, e Frutuoso Sanchez Dias, “Honestidade”, lavradores; Manoel Más Herrera, carpinteiro; Antônio Romero Cabura, “Relâmpago”, comerciante; os brasileiros Oscar Sampaio, “Cabreiro”, guarda-livros; Thomaz Más Gonçalves, carpinteiro; José Sanchez Valera, “Ferrão”, servente de pedreiro; Ângelo Gajardoni, lavrador; Alberto Marques Barreto, ferroviário, da ANL, e José Moreno Filho, “Vermelho”, oleiro. São acusados de fazer reuniões do PCB na Noroeste e

tramar movimento armado em São Paulo em continuação aos do Nordeste. Seriam apoiados pelo 4º BC da Força Pública e por forças federais de Mato Grosso (e mais 23 indiciados excluídos do processo).

- **Francisco Bianchini**, presidente do Sindicato dos Marceneiros, por propaganda comunista e militância no PCB desde 1932. Foi também da Legião Revolucionária.
- **Francisco Ferraz de Oliveira**, sargento da Força Pública de São Paulo, denunciado por um capitão por ter boletins do PCB.
- **Francisco Juvêncio**, motorista, José Gonzales de Oliveira e Sebastião Ribeiro, eletricitistas; Nicola Monato, encanador, e Sebastião Francisco, pedreiro, acusados de realizar reuniões comunistas clandestinas. Foram apreendidos com eles boletins da Federação dos Negros do Brasil.
- **Francisco Nonato de Oliveira** e Alberto Ferreira do Prado, lavradores, por propaganda comunista: ambos, bêbados, davam vivas ao comunismo (processo de 1938).
- **Francisco Teizen**, dentista, e Orozimbo de Andrade Teixeira, jornalista, por tentativa de reorganização do PCB.
- **Francisco Ximenes**, funcionário da Light; Victor Maída, italiano, mecânico; Armando Mari e Jacob Benjamin Leipsig, do comércio; Waldemar Zumbano, instrutor de ginástica; Miguel Bignardi, serralheiro; Henrique Quevedo, espanhol, chapeleiro; José Sanchez, gráfico, e Diogo Barros (ou Barrientos), operário. Acusados de pertencerem à Federação das Juventudes Comunistas e de organizar brigadas de choque para a proteção de comícios.
- **Generoso Gáudio Anastácio**, da construção civil; Estelino Gonçalves da Silva, chapeleiro; Augusto Pinto, funcionário da Caixa Econômica; Amleto Galli, Sebastião Francisco, “Castro”, e José Fernandes, pintores; Orlando Bassani, alfaiate; Adolfo Godofredo, “Marat”, motorista, presidente do Sindicato dos Operários em Tração e Luz; João Varlota, guarda de jardins; Sidéria Galvão, “Olga” e “Vanda”, professora pública; Antônio de Souza e José Mignoranci, fotógrafos; Antônio Fernandes Martins, “Cairo”, português, motorneiro da Light; Wolf Feldman, “Vando”, condutor de bonde; Reinaldo Francisco, “Saldanha”, servente de pedreiro; Reynaldo Martinelli, dentista; Albano Ramos, “Universalista”, e Domingos Pereira Marques, “Reimark”, empregados da Light; Jorge Cetl, tcheco, desenhista; Oscar dos Reis, cordeiro mecânico; José Rodrigues Cró Filho, “Tupy”, comerciante português. São todos acusados de agitação entre operários, levando-os à greve, e de tentativa de reorganização do PCB. Diz a polícia que tinham armas e material de propaganda. Diz ainda que haveria um subcomitê revolucionário, ligado a Generoso, do qual fariam parte “Tigre”, “Ramón”, “São Caetano” e “Calixto”, não identificados.
- **Hilcar Leite** e Manoel Medeiros, “Góes”, gráficos; Rogério Othon Teixeira, jornalista; Josefina Gomes, “Rota”, espanhola, tecelã; Fuad de Melo, “Batista”, comerciante; Fernando Salvestre, contador; Fulvio Abramo, comerciante; Ariston Rusciolelli, “Eduardo”; Dr. João Alcides de Avelar; Francisco Joaquim Freire, funcionário público; João Pinho Caetano, português, relojoeiro, e Joaquim Ignácio de Carvalho. Acusa-

dos de propaganda comunista e de pertencerem à Liga Comunista Internacionalista. Hilcar Leite declara que: “Pretende permanecer fiel ao marxismo, continuando a ser militante bolchevique-leninista e que, em qualquer parte onde estiver continuará a sua propaganda”.

- **Hiran Pereira da Rocha**, contador, e **Sebastião Appolinário Barbosa**, chapeleiro e lavador de automóveis, por pichações da foice e do martelo e vivas a Pedro Ernesto.
- **Hygino Alonso Delgado**, impressor e garçon, espanhol, membro do PCB desde 1923, em 1930 já tinha sido expulso do país; **Israel de Castro**, tipógrafo; **Ida Sazan**, costureira lituana, do Socorro Vermelho Internacional; **Carlos de Figueiredo Sá** e **Auricélio C. de Oliveira Penteadado**, advogados. Acusados de propaganda comunista e transporte de máquina tipográfica para montagem de gráfica subversiva...
- **Indalécio Gonçalves**, comerciário. Acusado de pertencer ao PCB e à ANL e de fazer propaganda comunista.
- **Issa Maluf**, “Rui”, guarda-livros, era o secretário político do Comitê Regional de São Paulo, em abril de 1936; **Antônio Garcia Rodrigues**, espanhol, **Diogo Francisco Bolorini**, espanhol, e **Antônio Alonso Coutinho**, motoristas; **Antônio Casubeck**, tipógrafo; **Benedito Frigoli da Cruz**, servente da Delegacia Fiscal de São Paulo; **Euzébio Gurgel do Amaral**, gráfico; **Sebastião Francisco**, pintor; **Henrique da Costa Pinto** e **Nicola Haman**, estudantes; **Antônio Fiesky**, “Mateus”, funcionário do PCB encarregado da tipografia; **Ademar Rodrigues** e **José Di Lello**, do CR/SP; **Cícero Flores de Azevedo**, médico. Presos quando da queda de uma tipografia do PCB numa chácara em Pinheiros. A gráfica funcionava inicialmente à rua Iguatemi 135, sendo depois remontada na vila Caxingui, distrito de Pinheiros, na casa de Antônio Casubeck.
- **Jacob Goldschidt**, “Baiano”, polonês, passador de roupas; **Luis de França Sant’Anna**, estivador; **Alberto Mendes de Moraes**, carpinteiro, e **Aristeu Mendes de Moraes**, servente de pedreiro, presos pelo conflito na praça Cristiano Ottoni, em maio de 1935, onde houve vários feridos.
- **Jerônimo do Cunto Jr.**, médico, e mais 33 ferroviários acusados de pertencerem à ANL e ao PCB: **José Amado**, **José Guerra**, **José Açucena Maia**, português; **José Duarte**, **João Correia das Neves**, **João Barnez**, **João de Deus Oliveira**, **Joaquim de Almeida Menino**, **Benedito Silvério**, **Henrique von Dreifus**, **Alípio Carvalho**, português; **Antônio Duarte**, **Antônio Rodrigues**, **Augusto Rodrigues**, **Afonso Aranda**, espanhol; **Domingos Pimentel de Miranda**, **Eustachio Bittencourt**, **Gentel Machado Ribeiro**, **Santo Bretanha**, **Paulino da Silva Castro**, **Oswaldo Guerra**, **Monoel Rosa Neto**, **Martiniano Pereira da Silva**, **Napoleão Vianna Campos**, **Luiz Gimenez**, espanhol; **Manoel Rosa**, **Frederico Trevisan**, **Itahim Martins**, **Ilhamir Martins**, **Francisco Tiengo**, **Deusdedit Gomes**, **Luiz Giometti** e **Francisco Pinto**.
- **João Batista de Salles Pacheco**, funcionário público, acusado de fazer agitação pela ANL.
- **João Baptista Dutieux**, dentista, **João da Motta Felipe Adderley**, electricista, e **Mário de Oliveira**, escriturário. Diz a acusação: “Desde 1929, contaminados pelas teorias bolchevistas, dissolventes da ordem políti-

ca e social vinham desenvolvendo intensa propaganda extremista no seio da classe operária da cidade de São Paulo”.

- **João da Motta Felipe Adderley**, eletricitista, e mais Jacob Talusso, encanador, Antonio Mengacci, pedreiro, e José Pedro de Souza, faxineiro do sindicato, acusados de distribuição de panfletos subversivos no viaduto Boa Vista.
- **João Pontes de Moraes**, jornalista de *A Platea*, acusado de propaganda comunista em comícios da ANL.
- **João Raimondi**, ex-soldado, e mais 29 praças e oficiais da Força Pública de São Paulo. Raimondi, “Tupy”, “Joãozinho”, “Mário”, “Luca” ou “Tapajós” era da Cia. Extranumerária da Escola Militar de Realengo. No PCB desde agosto de 1932, foi o fundador do jornal comunista para o Exército *A Sentinela Vermelha*. Soldados: Antônio Ferreira Carneiro, Celso Nascimento Rosa, “Gaúcho”; Francisco Aranda, articulava os praças de pré, e Walter Schultz, da seção Antimil do PCB. Cabos: Fraterno Borba de Araújo, Hermógenes de Oliveira, Maurício Maciel Mendes, José Constâncio Costa, “J”, e Antônio Danoso Vidal, “Volga”. Sargentos: Antônio Cavalheiro, Amaro Ferreira de Paula, Carlos Rocha, Cesário Norberto de Oliveira, Itagiba Rocha, Júlio Geraldo Mendonça, José de Castro Correia, Ramos Merino, “Potiguara”, Antônio Mendonça, “Atino”, do Centro de Instrução Militar; Aurélio Gomes, ex-aluno da FP; Auto Rosa, “Pafúncio”, José Aparecido da Fonseca, “Moreira”, Otávio Castro de Freitas Costa, Paulo Sonnevend, alunos-oficiais; Davino Francisco dos Santos, “Tapajós”, “Calin”, “Calíline”, aspirante; Orildo Ribeiro da Silva, enfermeiro; Stancys Maciuslevicius, músico lituano; Waldemar da Silva Braga, “Negro”, primeiro-tenente; Matheus Félix de Moura, segundo-tenente, e o comerciário Gumercindo Ferreira Martins. Diz o processo que no final de 1933 Raimondi foi para São Paulo como chefe da seção de agitação e propaganda das classes armadas (Antimil) e formou células que agiam na Polícia Especial, no Centro de Instrução Militar, nos Serviços Gerais, no Corpo de Bombeiros e no 6º Batalhão. Todos acusados de planos para tomar unidades militares em novembro de 1935.
- **Joaquim Correa Sobrinho** e Ermelinda Macchi Correia, donos da Livraria São José, acusados de expor livros comunistas.
- **Jorge Raffue**, comerciante, acusado de atividades comunistas.
- **José Cintra Freire**, estudante; José Manoel Navarro, pintor-decorador; Ernesto Gatai, mecânico; Angelina Gatai, doméstica, italiana; Remo Gatai, vulcanizador; Laurentino Gatai, mecânico; Laurentino Alves, vidraceiro; Antonio Vaivuskas, lituano, tipógrafo; José Navarro Molina, servente de pedreiro, e Maria Rodrigues, doméstica, espanhóis; Eunice Catundas, doméstica; Ceres de Arbus Nogueira Sachetta, contadora; Hermínio Sachetta, “Leônidas”; Adolfo Sachetta, comerciante; Miguel Nadeo, ferroviário, e sua noiva Vitória Merigues, doméstica; Rodrigo Salcedo, industrial espanhol, tem uma fábrica de cera; Ernesto Siegmundo, suíço, garagista; Paulo Filol de Lima, guarda-livros; Júlio Abreu Filho, funcionário público. Presos quando da invasão da gráfica do PCB em janeiro de 1937.

- **José Ernesto Germano**, motorista, acusado de propaganda comunista. Já tinha sido da AIB, suplente de deputado. Depois de 1934 entrara para o PCB.
- **José Gonçalves de Alencar**, comerciário. Tendo sido preso por furto, em São Carlos, desenvolveu propaganda comunista na cadeia.
- **José Gravonsky**, dentista, acusado de atividades comunistas ligadas à Intentona e de ter escrito artigo: “Dos dez mil galinhas-verde anunciados, apenas 500 entraram no Largo da Sé”. Acusado também de ter feito um piquenique em sua chácara para 40 anarquistas, entre eles José Oiticica, Edgar Leuenroth, Rodolfo Pelipe e Francisco Valdívia.
- **José Luiz Vieira**, acusado de ser responsável pelo *Jornal de Notícias*, que divulgava notícias falsas e alarmantes em novembro de 1935.
- **José Nogueira Corrijo**, dentista, acusado de propaganda subversiva e de pertencer à ANL.
- **José Ramos de Castro**, militar aposentado, por fazer apologia da ANL e do comunismo.
- **Jovino Pereira Asséf**, contador, e Adalberto de Souza, acusados de pertencer à Juventude Comunista e à ANL. Adalberto é acusado de fazer a ligação do PCB na zona de Jundiá a Barretos.
- **Leôncio Martins**, espanhol, pedreiro, e, como ele, José Gomes, Bernardino Martins, Felicino Lopez, Antonio Perez Martines; e ainda Ricardo Fontan, espanhol, carpinteiro; Arlindo Lourenço da Silva Filho, pintor; Joaquim Luiz Alves, pedreiro; António Rodrigues, português, carpinteiro; Cassiano Pedro de Carvalho, servente de pedreiro; Eduardo Basílio, português, pintor; José Gonçalves Leira, espanhol, servente de pedreiro, e Álvaro Loureiro, português, carpinteiro. Todos da União dos Trabalhadores na Construção Civil. Dizem haver encontrado explosivos no sindicato.
- **Luiza Peçanha Camargo Branco**, professora pública, diretora de um grupo escolar no Tatuapé, casada com o segundo-tenente Brito Branco, acusada de propaganda comunista, “chegando ao cúmulo – diz o processo – de permitir que a filha menor do casal, uma menina de pouco mais de 15 anos, tomasse parte saliente em reuniões políticas proibidas pela lei e pela moral...”. Luiza era do PSB e da ANL.
- **Manoel Gomes**, português, e mais 45 condutores e motoneiros de bonde, acusados de atividades comunistas no Sindicato dos Empregados em Serviços de Melhoramentos da Cidade. São eles: Guilherme Augusto, José Rodrigues, Manoel da Silva, José Albino Barreiros, Joaquim Francisco Marques, Agostinho Pereira Fernandes, Salvador Rodrigues, Joaquim Dias, Henrique de Souza, José Marques do Rego, Antônio da Silva, José Ascenso Mangas, Joaquim Duarte Rodrigues, Domingos Igrejas, Elizeu Cardoso, Dionísio Alves, Manoel da Silva Neva, Alfredo Vieira, João Carvalho de Oliveira, Joaquim da Costa Albuquerque, Abílio Jorge, Antônio Lacerda, José Freire, José Maria dos Santos Rocha, José Salvador Pereira e João do Rosário, portugueses; José Neves, Salvador Rodrigues Covello, Ângelo Peagunda Fernandes, Antonio Garcia, Miguel Álvarez Cortez, Gaspar Elizio Coelho Baltar, José Neira, Francisco

Camba, espanhóis; Ramón Torres Toledo, cubano, e os brasileiros André Bardon Sanchez, Antônio Gonçalves de Lima, Ildefonso dos Santos, José Carvalho de Oliveira, Agostinho Couto, Claudemiro Guimarães, Bernardino Júlio Jonson, João Rodrigues, João Luiz Gonçalves de Souza Neto e Manoel Pinheiro.

- **Manoel Meirelles**, comerciário, Ítalo Chersoni, impressor, e Natalino Graziano, jornalista e comerciante, proprietário da tipografia Argus, que foi apreendida por propaganda subversiva.
- **Maria da Cruz** (Maria da Conceição Silva), cozinheira que tinha material comunista em casa. Acusada de “militar no comunismo desde o tempo da Pagu, que é a representante classista das idéias de Moscou no Brasil – com sangrenta celebridade em Santos”.
- **Miguel Costa**, general reformado da Força Pública de São Paulo, e mais: Carmelo Sigismundo Chrispini, professor de Direito e secretário do PSB; José Alves de Brito Branco, tenente; Christovam de Oliveira Silva, coronel reformado e professor da Escola Politécnica; Daniel Costa, tenente-coronel; Christovam Colombo de Mello Mattos, coronel reformado; João Ferreira Bueno, sargento; Arthur Piccinini, jornalista; Lindolpho Carlos de Carvalho, comerciário; João Paschoal Faversoni, despachante; Otávio Ramos, engenheiro; José Maria Gomes, médico; Alcides Cunha, despachante; Danton Vampré, Caio Prado Jr., João Penteado E. Stevenson e Orozimbo de Andrade, advogados; Waldemar Belfort de Mattos, médico; Clovis de Gusmão, jornalista; Maurício Goulart, advogado e comerciante; Augusto Augusti, italiano, químico industrial; Horácio Krüger de Andrade, comerciante, Izaltino Benedito Veiga dos Santos, contador; Francisco Geraldes Filho, procurador da firma Micheld & Cia.; acusados de envolvimento com os movimentos de novembro de 35.
- **Natalino Carifi**, funcionário municipal, acusado de propaganda contra os poderes públicos. Jogou de um avião folhetos que diziam: “Não votem em quem aumenta nossos impostos”.
- **Olímpio Ribeiro de Oliveira**, lavrador, por atividades comunistas desde 1932.
- **Orestes Giorgi**, e os também ferroviários de diversas companhias paulistas: Antônio Perez, Ladislau de Camargo, Heitor de Lima, João Constante da S. Maia, José de Quadros, Benedito Rosa, Manoel dos Santos, Rubem Teixeira, Diogo de Oliveira Martins; Hildebrando Martins de Queirós, comerciário, e Ithaim Martins, funcionário público, acusados de, desde 1932, aproveitando-se dos respectivos sindicatos, fazer intensa propaganda comunista.
- **Otávio de Castro Freitas Costa**, aluno-oficial, e Antônio Cavalheiro, terceiro-sargento, enfermeiro, acusados de propaganda comunista no Centro de Instrução Militar da Força Pública do Estado de São Paulo.
- **Otto Iockbirr**, ferroviário, acusado de propaganda comunista e de pertencer à ANL.
- **Paulo Emílio de Salles Gomes**, estudante, por militância comunista. Diz em seu depoimento que é pelo comunismo, por Prestes e simpático aos levantes.

- **Paschoal Del Guercio Neto** e outros bancários acusados de subversão e pertencer à ANL e ao PC: Edson Pupo Rocha, Ignácio Jovino e Carlos de Arruda Sampaio. Foram ainda indiciados os bancários: Acácio de Paula Leite Sampaio, Antenor Pedrazzi, Anleto Milano, Arthur de Toledo Macuco, Carlos Alberto Vieira, Guilherme Costa, Luiz Alarson e Rodolfo Alarico de Oliveira, este funcionário do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo.
- **Rafael Sampaio Filho** e outros três jornalistas: Brasil Gerson, João Tavares Fusco e Clóvis Gusmão, por artigos em *A Platea*, considerados subversivos, em especial um de Brasil Gerson, “O povo protesta no coração da cidade”.
- **Romeu Muniz Barreto**, vendedor de laboratório farmacêutico; Sílvio Lessa, funcionário da Faculdade de Medicina de São Paulo, e Eurico Magalhães da Silveira, acusados de propaganda da ANL e de Luís Carlos Prestes. Encontrado com eles um folheto da Legião Revolucionária.
- **Sebastião Feliciano Ferreira**, membro do PC encontrado com dinheiro e documentos da organização.
- **Waldemar Bauch**, acusado de propaganda comunista. Foi encontrado com folhetos antifascistas.
- **Waldomiro Pires de Oliveira Dias**, acusado de ter armas (que diz serem da Revolução de 1932).

ARAÇATUBA

- **Tibúrcio Garcia de Freitas**, lavrador, acusado de propaganda comunista.

ARARAQUARA

- **Braulio de Mendonça**, corretor, acusado de propaganda comunista.
- **Lázaro Ferreira de Almeida**, guarda-livros, por fazer elogios a Prestes, depois do 27 de novembro e propaganda da ANL.
- **Marcílio Correia Arruda Rocha**, sapateiro; Everardo Dias, jornalista; Orlando da Silveira ou Antônio Orgando, barbeiro; Orlando Bueno de Alvarenga Rangel, José Elisiário Ribeiro e Luiz Antônio de Queiroz Matoso, ferroviários, e Paschoal Tonelli. Acusados de propaganda comunista e de pertencerem ao PCB.

BAURU

- **Adelgídio Justiniano de Paula**, pintor; Durvalino Peixoto Silveira, barbeiro; Lúcia Albano, “Marília”, parteira; Antônio Duarte, “Tupinambá”; Augusto Rodrigues, “Chicão”, e Benvinda Pereira Guedes, “Olga”, acusados de propaganda comunista e de serem ligados a comunistas espanhóis chefiados por Salazar de la Roza.
- **Antônio Penteado**, telegrafista da Sorocabana, acusado de propaganda comunista.

- **Benedito Esteves**, jornalista, por ser conhecido extremista e desenvolver intensa propaganda comunista.
- **Joaquim Marques**, português, e outros cinco ferroviários acusados de propaganda comunista na Noroeste: Brito Rosa, José Maria Salazar de la Roza, espanhol; Napoleão Vianna Campos, Antônio Rodrigues e Luiz Giometti.

BEBEDOURO

- **Valentin Goulart**, comerciante, e José Alves, pedreiro, foram da Legião Cívica 5 de Julho; Caiuby Delmonte, ferroviário, presidente do diretório do Partido Socialista de Bebedouro; João Alcides Alvelar, advogado; José Xavier Correia, mecânico e corretor, acusados de propaganda comunista e de editar o jornal *Fraternidade*.

BOTUCATU

- **Heráclito Mendes de Oliveira**, tintureiro, e mais sete ferroviários da Sorocabana: Olavo Lopes, Brasília José de Paula, Leandro Garcia, Lázaro Lopes, Antonio Domeni, José Mariano Labo e Vicente de Paula Oliveira, acusados de propaganda comunista e de fazer ligações, pelo telégrafo com outras regiões.
- **Joaquim Felix da Silva Raposo**, sargento reformado da Força Pública de São Paulo, por propaganda subversiva. Chegando a Botucatu em agosto de 1936, passara a freqüentar o Cabaré “Caveira de Ouro”, onde fazia a “propaganda comunista [...] dizendo-se em missão secreta; fazia ataques aos governos dos países que chamava burgueses e elogios aos da Rússia e da Espanha. O denunciado ainda ensinou ao dono do cabaré a continência extremista, bem como desenhou a bandeira-símbolo daquele credo. [...] O dono do cabaré descreve: é o sinal convencional dos comunistas...”

BURY

- **Guilherme Henrique Gustavo Hermano Acherman**, agricultor alemão, acusado de propaganda comunista e de armazenar armas e munições. Diz o processo que foi denunciado em agosto de 1936, depois de ter envenenado a mulher, Izabel Elfrida Helena Hermam, com arsênico, pois “Pode ser um estrangeiro a serviço dos comunistas”.

CAÇAPAVA

- **João Antunes Maciel**, sargento; Manoel Rodrigues de Oliveira, soldado; os cabos Antônio Belota, Augusto Lucas da Cruz, Argeu Correia da Silva, Adalberto Alves de Souza, Djalma Carvalho Maranhão, Eli-siolino Sant’Ana, Francisco Soares Pereira, Jair Siqueira Calçada, Ubaldo Marinho Ribeiro, Vicente da Paixão Vieira e Vergolino Ferreira; os sargentos Geraldo Pereira, João Francisco de Oliveira, João Antunes

Maciel, João Caminha Neto, José Milton de Miranda, Jocelin Alves Cardoso, Luiz Sigismundo de Moura, Oscar Ribeiro Cardoso e Osvaldo Marcondes dos Santos. Todos do 6.º RI de Caçapava, acusados de ligação com os levantes de novembro e de fazer intensa propaganda da ANL. José Milton de Miranda teria convidado os outros para o levante, sendo Amentas Xavier de Souza sua ligação fora do quartel. Diz o processo que os acusados pretendiam, depois de levantar o 6.º RI, marchar para a cidade de Pindamonhangaba, “ponto de primeiro destino, após haverem cortado as ligações telefônicas e telegráficas com a capital de São Paulo e prendido os oficiais do Regimento. [...] Em Pinda esperavam confraternizar com graduados e praças do 2.º batalhão do 5.º RI”.

- **Joaquim Monteiro Borges**, soldado. Numa das paredes do pavilhão sanitário do 6.º RI concitava à indisciplina. Escrevia: “São idéias perigosas para a disciplina da tropa, mas são verdades irrefutáveis! [...] “Com o perigo do extremismo a roer-lhe o cérebro, o grande comandante mandou que se destruísse tudo e não se deixasse vestígio. Ah! Velhote! Covarde!”

CAMPINAS

- **Antônio de Lima Costa**, sargento da Força Pública, por idéias comunistas que o levaram a escrever num livro de Humberto de Campos: “Oh, Brasil do meu coração, por que é que não te irmanam à Rússia Redenta!?” A denúncia que dele faz o primeiro-tenente José Simão da Silva Moraes ao subcomandante, a 21 de julho de 1937, tem como assunto: “Sobre criminosa ideologia política” e diz: “I) Hoje, por determinada necessidade de serviço, tive que entrar na secretaria do B/C e ali deparei, casualmente, em uma das mesas de trabalho, com a presente régua; a minha atenção foi despertada não só pela cor VERMELHA da assinatura, como pela semelhança que o número dois apresenta com o distintivo do CREDO VERMELHO; II) Submeto a referida régua à vossa apreciação”. Consta ainda da acusação que um terceiro sargento viu escrito no Corpo da Guarda: “É bom o comunismo”, além do indigitado se entreter cantando a Internacional.

CAMPOS DO JORDÃO

- **Raul Barbosa Lima**, bacharel em Direito, acusado de propaganda comunista.

CARAGUATUBA

- **Constantino Mursin**, carpinteiro russo; **Leonardo Bello Petrovich**, pintor lituano; **Vicente Pralgauskas**, fiscal de bondes, lituano; **José Nunes de Souza**, motorista; **José Moura Lobato** e **Manoel Teixeira Chaves**, comerciantes, por pertencerem a uma célula comunista que funcionava desde 1934, descoberta em agosto de 1936, na Companhia Brasileira de Frutas.

GUARANTÃ

- **Jayme Brasil Simões**, tabelião; José Wanderley Maluf, alfaiate; Francisco Flávio Franco Bueno, farmacêutico. Do diretório da ANL em Guarantã: Odetes Santos e Antônio Guzella Jr., guarda-livros; Rodrigues Passos; Antônio Castelhana Ribas; Sebastião Barracoso; Idalo Taciolli, mecânico; Isabel Alarcon Bruno, doméstica; Fuad Cotoit, sírio, e Alberto Machado Figueiredo, comerciante português. Acusados de organização de grupo comunista em Guarantã e de pertencer ao núcleo da ANL.

GUARAREMA

- **Cyro Paes de Siqueira** e Augusto Campos da Fontoura Xavier, lavradores. Diz o processo (fev. de 1937) que Ciro esteve preso ano e meio do Maria Zélia e “não se corrigiu”.

ITAPETININGA

- **Benjamin Reginato**, professor da Escola Regimental do 5^o BC. Benjamin Reginato teria escrito no jornal local, *Tribuna Popular*, de 13 de dezembro de 1933, um artigo que terminava dizendo: “Dinheiro acumulado é capital. Eu sou contra o capitalismo porque sou comunista”. João Manoel da Costa, professor; João Amâncio Ribeiro, presidente da ANL local; Possidônio Prestes, vice; Juventino Xavier, primeiro-secretário; Tancredo Colaço, segundo-secretário; Camilo José de Araújo Telles, delegado de propaganda; Olavo de Campos Toledo, aluno do 4^o ano da Escola Normal, delegado da juventude, Pedro José de Camargo, estudante, delegado de organização, e Antônio Marques, delegado de finanças. Todos acusados de propaganda comunista e de pertencerem à ANL.
- **Claudio Bittencourt**, Anita Merege, Jorge de Assis Merege, José Valentim Sobrinho, Lindolfo Veiga, Oscar Machado, Valentin Rolim e Solano Antônio Bentos, negociante uruguaio. Diz o primeiro suplente do delegado em exercício: “Trata-se de um caso muito sério, e como suplente não poderei abrir o inquérito, visto que até o meu próprio escrivão está sendo acusado de proteger comunistas”.

ITU

- **Ermelindo Maffei**, bacharel em Direito, por propaganda comunista.

JABOTICABAL

- **Sansão Lino Machado**, lavrador e Henrique Consiglio, barbeiro, por propaganda comunista.

JUNDIAÍ

- **Boris de Freitas**, comerciário, ex-praça; José de Moraes, ferroviário; Carlos Braum, Júlio Tavares, “Feitiço”, ex-praça, e o vereador Zeferino

Belli. O processo é de março de 1937. São acusados de pertencer à célula comunista de Jundiá e de fazer propaganda para desencadear movimento comunista a 1º de abril de 1937.

LINS (E PRESIDENTE PRUDENTE)

- **Pedro Merkis**, lituano, marceneiro; os espanhóis José Cavalheiro Care-ro, comerciante, José Arral Fernandes, Félix Pacete, Iranei Berlanga Ramirez, lavradores; João Marques Lera, empregado municipal, Augustia Hernandez Perez, lavadeira. Miguel Furnier Garcia e Issa Maluf, guarda-livros; José Maria Garrido e Mário Robes, guardas municipais; Rocha David, sírio, lavrador; João Rodrigues Aymoré, eletricista; José Maria do Nascimento, pedreiro da Noroeste; Artur Salles, pedreiro; Ernesto Heli de Carvalho, contador; José Gutierrez, ferreiro; Antônio Ezequiel de Souza, alfaiate; Alceu de Oliveira, agente de seguros; Boris Bettys, romeno, comerciante e industrial; José Silveira, bancário; Antônio Alamino, colono, e Benedito Nunes, acusados de subversão (pro-cesso de setembro de 1937).

MARÍLIA

- **José dos Santos**, Sebastião da Silva Bastos, Liberalino da Silva Neto, José da Silva Neto, João Hilário Rabelo, Floriano Clesque, Miguel Deros-si, lavradores; Ernesta (espanhola), Gesta e Generosa, empregadas domésticas; José Poço, pedreiro; Roberto Eufrazino, ajudante de serra-ria; Celso Silva, fotógrafo; Frander Menedeli, lituano, serrador; Pas-choal Vicio, servente de pedreiro; Nicola Vicio, carroceiro; Sanção, Antônio Albieri, Félix Benedito, Sebastião Nascimento e Joaquim Cos-ta Hernandez (espanhol), carpinteiros; Virgílio Oliveira Silva, marce-neiro; João Gomes e Joaquim de Tal. Acusados de propaganda comunista. Em julho de 1936, colocaram bandeiras vermelhas em vári-os pontos da cidade e na Fazenda Flor Roxa e distribuíram propaganda subversiva. A maioria era da ANL. João Lopes e Otávio Falcão seriam os seus chefes.
- **Otávio Péricles de Azevedo Falcão**, arquiteto, secretário da ANL, e mais seis membros do núcleo da ANL na cidade: João de Araújo Lopes, médi-co, “velho comunista de Marília, desde 1932”; Antônio Martins, funda-dor da ANL na cidade e responsável pela organização; Daniel Cândido Tupi, marceneiro, delegado de finanças; Carlos Gurian, italiano, carpin-teiro, delegado juvenil; Francisco Fernandez Garcia, espanhol, pedreiro, delegado de propaganda, e ainda Felisberto Mikó, lituano, carpinteiro. Acusados também de propaganda da URSS em novembro de 1935.

MIRASSOL

- **José Pardo**, da Sociedade Agrícola de Mirassol, e Aristides L. Coelho, negociante, por propaganda comunista e o primeiro também por per-tencer à ANL.

- **Luis Neves**, funcionário público, acusado de ter idéias extremistas e pertencer à ANL.

MONTE AZUL

- **Domício Mello Guimarães**, ambulante, e Ricardo Imaregna, guarda-livros, ligados ao jornal *A Plebe* e à revista *Socialismo*, por propaganda comunista.

NOVA GRANADA

- **João Lopes Soares**, “Toledo”, e João Moreira da Silva, lavradores; João Rocha, João Coelho, Humberto Rodrigues Carvalheira, portugueses, lavradores; João Calil; Amâncio de Souza e Silva, jornalista; José da Silva, alfaiate; Antônio Locatelli, italiano, armeiro. Os espanhóis e lavradores: José Iglesias Iglesias, José Arroy Diaz, João Garcia Antas, José Maya Peranos, José Perez Lopez, José Gimenez Martinez, Jacinto Ruiz Garcia, Francisco Moya Mingorance, André Gonsalez Bajé, Gimenez Martinez; Tomás Martinez, peixeiro; Antônio Almedina, “Bicharedo”, mecânico; Joaquim Espinoza, Antônio Garcia Cintas, comerciantes; Joaquim Tenório, meeiro; Francisco Bairel, italiano, jornalista; Judite Soares de Oliveira, doméstica; João Antônio Mendonça, chofer; Telêmaco Toni, italiano, ferroviário; Carin José Calil, Pedro Alvarse e Mariano Moya Peranos, comerciantes; Alberto Rocha, Amélia Freire, doméstica; Belmero Duram, barbeiro; Carlos Bittencourt, mecânico; Francisco Ribeiro, operador de máquina de algodão; Eduardo Pabibio, pedreiro; Miceno Miguel, sapateiro, e Dorvírio Custódio. Todos acusados de propaganda comunista e de pertencer à ANL.

PEDREGULHO

- **Raphael Mouresca**, corretor, e mais 14 membros da ANL local: Vitalangelo Del Fraco, alfaiate; Paulo Castro Correia, dentista; Abib Naufil Santiago, vulgo Cofó, tesoureiro da Prefeitura de Ituverava (sic) e pequeno comerciante; Clodomiro Francisco de Oliveira, jornalista; João Evangelista Arcebispo, vulgo João Grande, jornalista; Esmerindo Ferreira da Silva, sapateiro; José Patriocínio Nascimento, cobrador; Olívio de Souza, engenheiro, fundador da ANL; João Barcelos, agrimensor; Nicolau Melico, marceneiro; João Martinez Borges, ferroviário; Antônio Francisconi, prático de farmácia; Epaminondas Monteiro, cofer, e José Francisconi, sitiante. Todos acusados de pertencer à ANL e de serem membros do PCB, de aliciar trabalhadores agrícolas e incitá-los a assaltar propriedades, de distribuir propaganda comunista nas fazendas e dizer que a vida iria melhorar. (Indiciadas mais 48 pessoas que não sofreram denúncia.)

PENÁPOLIS

- **Antônio Rodrigues Monção**, “Maranhão”, e mais dez lavradores, acusados de tentativa de formação de um sindicato rural: Christóvam

Toquero, “Joaquim”; Domingos Fialá, “Augsusto Leite”; Emílio Herrera, “Florentino”; João Toquero Lopes, José Toquero Lopes, “Bruneli”; os espanhóis Diogo Rodriguez Ariano, “Picon”, João Bolsalobra, “Constantino”; João Martins Aranega, “Ramón Valer”; José Sanchez Dominguez, “Escolar”, e o austríaco Ivo Guberovich, “Alfage”.

- **José Silveira**, ex-bancário; João Hernandez Perez, espanhol, ferroviário; Domingos Granata, italiano, funileiro; Joubert Nóbrega de Almeida Prado, encerador, e Tanuncio Cheida, sírio, comerciante. Acusados de propaganda comunista, sendo que José Silveira, preso, a faz de dentro da prisão.

PIRACICABA

- **Augusto Negreiro Cezar** e **Josué Ferraz Camargo**, comerciários; Hélio Morato Krahenbuhl, professor; Francisco Mattarazzo, sapateiro; Joaquim Rodrigues Gaspar, ferroviário; Nelson de Oliveira, eletricitista; Mário Passini, carpinteiro; Stephania Sampaio, doméstica; Godofredo Ferreira, estudante; Manuel Campos, operário, e Francisco de Castro Neves, acusados de, dias antes dos levantes de novembro, terem feito pichações e colocado bandeiras vermelhas pela cidade. Foi achado com eles um mimeógrafo.

PRESIDENTE PRUDENTE (VER UM PROCESSO EM LINS)

- **Ângelo Carrara**, padeiro, por ter escrito: “Luís Carlos Prestes é o nosso chefe”.

RIBEIRÃO PRETO

- **Emygdio de Carvalho**, português, lavrador, e mais **Jacob Benjamim Leipzig**, comerciário, **Aristides Esteves**, operário empregado na Câmara Municipal, **José Ramos**, operário da Cia. Antártica, **Fioravante Marigetti**, pedreiro, e **Otávio de Carvalho** (filho de Emygdio), funileiro, por reuniões e idéias subversivas.
- **Gercino Alves de Souza**, soldado da Guarda Civil, por ser comunista, aliancista e “pregar escandalosamente a doutrina de Moscou”.
- **Gustavo Wiermann**, ajustador mecânico, **Nicomedes Padilha** e **Lídio Luiz da Silva**, operários da Cervejaria Antártica, acusados de militância comunista.
- **José Pimenta Filho**, engenheiro civil, por porte de material subversivo.
- **Luiz Ladeira**, escriturário, por propaganda comunista e por pertencer à ANL.

SANTOS

- **Alfredo Silva**, “Alfaiate”, alfaiate; **Ângela Borges**, doméstica; **Aristóteles Costa Pinto**, “Vanzetti”; **Bráz Arruda Filho**, “Basílio”, leiloeiro; **Jai-**

me de Almeida dos Santos, português, comerciante; Jorge Rik, “Carneira”, mecânico; Juventino Xavier, ferroviário; Joaquim Maria Pacheco, português, barbeiro; José Cintra Freire Braga e José Stachini, estudantes; Teotônio Ribeiro, “Leão”, e Luiz Joaquim, “Vila”, chofer. Diz o processo: “Em novembro de 1935 a polícia de Santos capturou a célula comunista, orientada pelo leiloeiro Braz Arruda Filho, remanescente da antiga organização extremista “Bandeira dos 18”.

- **Antônio José da Piedade**, maquinista de beneficiamento de café, português, por propaganda comunista.
- **Herculano de Oliveira**, portuário, por propaganda comunista.
- **Mário Duarte**, datilógrafo da Sorocabana, por atividades comunistas.
- **Otávio João de Andrade**, tintureiro, Joaquim Gavião Pereira, português, copeiro, Nadyr Perez, do comércio, e Hermínio Augusto Cardoso, comerciário, por pichações de cunho comunista. Em casa de Otávio foram encontradas armas.
- **Rogélio Alonso**, Francisco Prudêncio Cruz e Antônio Maria Lopes Camacho (espanhol), choferes, acusados de tentar reconstruir o Sindicato de Condutores de Veículos de Santos, que passou a funcionar na clandestinidade.

SÃO BERNARDO

- **Luiz Queirós Damy**, escrevente de cartório, presidente da ANL em São Bernardo, acusado de atuação na Aliança depois de seu fechamento.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

- **Waldemar de Souza Rehder**, José Perez Castelhana, Antenor Martins de Paula, Mário Budri e João Barbosa, do comércio; Jonatas Matos, advogado; Isaias Perede Silva, carpinteiro; José Augusto de Carvalho, pedreiro; Antônio Senra, marceneiro, e Euclides Pereira Pisani, lavrador, acusados de propaganda comunista.

SÃO JOAQUIM

- **Ginez Rodrigues**, carpinteiro, por atividades da Juventude Comunista.

SERTÃOZINHO

- **Joaquim de Freitas**, açougueiro. Em outubro de 1929, membro da Liga Operária de Sertãozinho, fora fichado como comunista.

SOCORRO

- **Olympio Costa**, José Antônio de Oliveira Santos, maquinista, e José Mantelli, pedreiro, acusados de jogar uma bomba no Hotel Comércio. Olympio era membro da ANL.

SOROCABA

- Aristides Nogueira, dentista, acusado de organizar a ANL.
- Hylário Correa, jornalista e poeta. Por atividades comunistas e aliancistas. É o autor de “Cartas a Geny Gleyser”.
- Tomás Lebanniski, polonês, operário, por propaganda comunista.

TAPIRATIBA

- Joaquim Christóvam, funcionário municipal, por propaganda comunista.

TATUÍ

- Antônio de Mello Bonilha e Paulo de Mello Bonilha, dentistas; Martin de Mello Bonilha; Lauro de Brito Damasceno, Romeu Jorge de Cianchi Calusci, Milton Loureiro Miranda, Martinho Martins de Souza, estudantes; Orlando Fonseca; José Leopoldino de Castro ou José Peçanha, dentista prático, e João Poluboko Filho ou João Popov, russo, fundidor na fábrica Campos Irmãos, da direção da ANL. São acusados de propaganda comunista e de serem filiados à ANL, organizada em Tatuí, por estudantes secundaristas.

NOTAS

- ¹ Comandante Roberto Sisson, oficial da Marinha aliancista, *La revolución democrática progresista brasileña* (Buenos Aires: Rio-Buenos Aires, 1939), pp. 22-23.
- ² “Por que apoiamos a Aliança Nacional Libertadora”, em *A Classe Operária*, nº 173, Rio de Janeiro, 24 jan. 1935, p. 3.
- ³ “Carta de Prestes a Trifino Correia”, 17 jul. 1935, TSN, processo nº 1.
- ⁴ “Carta de Prestes à Agrícola”, jun. 1935, TSN, processo nº 1.
- ⁵ Harry Berger, “Relatório sobre Pernambuco”, 21 jun. 1935, TSN, processo nº 1.
- ⁶ “Carta do Diretório Nacional da ANL aos Aliancistas do Rio Grande do Norte”, Rio de Janeiro, 31 out. 1935, TSN, processo nº 2.
- ⁷ “Depoimento de João Lopes”, em Ângela de Castro Gomes *et al.*, *Velhos militantes: depoimentos* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988), pp. 109-110.
- ⁸ “Boletim informativo: a marcha da revolução nacional libertadora”, em *A Liberdade*, Natal, 26 nov. 1935.
- ⁹ “Depoimento do tenente-coronel Pinto Soares a João Medeiros Filho”, em João Medeiros Filho, *Meu depoimento sobre a revolução comunista e outros assuntos* (Natal: Imprensa Oficial, 1937).
- ¹⁰ “Depoimento de Giocondo Dias”, TSN, processo nº 233.
- ¹¹ Tribunal de Segurança Nacional, processos nºs 2 e 233.
- ¹² Tribunal de Segurança Nacional, processo nº 2.
- ¹³ Depoimento do coronel Lamartine Coutinho à autora.
- ¹⁴ *Ibidem*.
- ¹⁵ G. Bezerra, *Memórias – primeira parte, 1900-1945* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979), pp. 240 e ss.
- ¹⁶ Paulo Mota Lima, em entrevista à autora.
- ¹⁷ Tribunal de Segurança Nacional, processo nº 75.
- ¹⁸ Café Filho, “Não tem caráter extremista o movimento no Rio Grande do Norte!”, em *A Manhã*, nº 184, Rio de Janeiro, 25 nov. 1935.

- ¹⁹ Luís Carlos Prestes, 26 nov. 1935, TSN, processo nº 1.
- ²⁰ Declaração de voto do general Góis Monteiro na reunião dos generais, 7 dez. 1935, Rio de Janeiro, Arquivo da Fundação Getúlio Vargas.
- ²¹ Roberto Sisson, *op. cit.*, p. 21.
- ²² “Carta de Ilvo Meireles a Luís Carlos Prestes”, 9 dez. 1935, TSN, processo nº 1.
- ²³ “Carta de Otávio Costa à direção nacional do PCB”, 13 dez. 1935, TSN, processo nº 1.
- ²⁴ Relato do dr. Odilon Baptista à autora.
- ²⁵ Marly de A. G. Vianna, “Os ‘bandoleiros vermelhos’ – as guerrilhas do PCB nos anos 30”, em *Idéias*, 4 (1/2), Campinas, jan./dez. 1997, pp. 247-302.
- ²⁶ “Carta de ‘G’ – ‘Garoto’: Prestes à direção nacional do PCB”, s/d, TSN, processo nº 1.
- ²⁷ “Começou a Revolução”, em suplemento de *A Classe Operária*, nº 195, Rio de Janeiro, 14 dez. 1935.
- ²⁸ Entrevista de Luís Carlos Prestes à autora.
- ²⁹ *Ibidem*.
- ³⁰ Marly de A. G. Vianna, *Revolucionários de 1935 – sonho e realidade* (São Paulo: Companhia das Letras, 1992).
- ³¹ Entrevista de Agliberto Vieira de Azevedo à autora.
- ³² Roberto Sisson, *op. cit.*
- ³³ Entrevista de Luís Carlos Prestes à autora.

ALGUMAS SUGESTÕES DE LEITURA

- BEZERRA, Gregório. *Memórias*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- CANALLE, Dario *et al.* “A Internacional Comunista e o Brasil – 1920-1935”, em *Novembro de 1935 – meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935. Natal – o primeiro ato da tragédia*. São Paulo: Rio Grande do Norte: Ensaio Cooperativa Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.
- DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MORAES, João Quartim. *A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994.
- MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.
- OLIVEIRA, Moacyr. *Praxedes, um operário no poder*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- VIANNA, Marly de A. G. *Revolucionários de 1935 – sonho e realidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- _____. *Política e rebelião nos anos 30*. São Paulo: Moderna, 1995.
- _____. (org.). *Pão, terra e liberdade, memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro/São Carlos: Arquivo Nacional/EUFSCar, 1995.